

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ADRIANA FONSECA LOUREIRO

O BIOMA PAMPA COMO ELEMENTO DA CULTURA GAÚCHA

**São Borja
2016**

ADRIANA FONSECA LOUREIRO

O BIOMA PAMPA COMO ELEMENTO DA CULTURA GAÚCHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof. Dra. Susana Cesco.

**São Borja
2016**

ADRIANA FONSECA LOUREIRO

O BIOMA PAMPA COMO ELEMENTO DA CULTURA GAÚCHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de **Licenciado em Ciências Humanas.**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07.07.2016.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Susana Cesco.
Orientadora
Ciências Humanas-Licenciatura/UNIPAMPA

Prof. Dr. Muriel Pinto.
Ciências Humanas-Licenciatura/UNIPAMPA

Prof. Dra. Nola Patrícia Gamalho.
Ciências Humanas-Licenciatura/UNIPAMPA

Dedico este trabalho ao meu filho Pedro Henrique, que foi a fonte inesgotável de força e carinho em todos os momentos da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTO

A professora Dra. Susana Cesco, pela orientação deste trabalho e por todos os outros ensinamentos durante a maior parte da graduação.

A toda minha família que não mediu esforços de qualquer natureza para que eu pudesse concluir a graduação, especialmente ao meu companheiro Adriano.

Aos poucos e fiéis amigos que a todo o momento solicitado me atenderam, e ao grande e fraterno amigo Odegar Bevilaqua Banõllas.

A Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário que sempre esteve de portas abertas para que cumpríssemos as etapas obrigatórias do estágio.

A professora Mariselda Gonçalves que com sua imensa simplicidade tornou-se gigante para me ajudar a atingir os objetivos da construção deste trabalho.

“Alcei a perna no pingo
E saí sem rumo certo
Olhei o pampa deserto
E o céu fincado no chão
Troquei as rédeas de mão
Mudei o pala de braço
E vi a lua no espaço
Clareando todo o rincão”.
Vitor Ramil

RESUMO

A fim de mostrar que é importante a abordagem do bioma pampa dentro das escolas de forma a relacioná-lo a identidade gaúcha, este trabalho tem o objetivo de abordar o ensino do Bioma Pampa, nas escolas públicas de educação básica, através do estudo de caso realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário, localizada na cidade de São Borja/RS. No contexto, deste estudo analisou-se o currículo da escola e também os livros didáticos da área de ciências humanas, disciplina de geografia que são utilizados, no educandário, nos anos finais do ensino fundamental. No decorrer do trabalho apresenta-se, ainda que sem uma profundidade biológica, os elementos que envolvem o ecossistema do Bioma Pampa, principalmente os campos, uma vez que esses além de ricos em diversidades vegetais e animais são os que mais caracterizam o Bioma Pampa, principalmente por sua beleza paisagística. Há uma referência aos primeiros integrantes sociais deste habitat, desde o período colonial afim de que compreender a relação destes sujeitos com o Bioma enquanto natureza. Além de uma rápida informação ao leitor sobre os recursos que este bioma oferece e quais as proteções ambientais legais que recebe, o trabalho tem o intuito de despertar o interesse da comunidade escolar em abordar, interdisciplinarmente, o tema dos Biomas, em especial o Pampa, pois se acredita que desta forma possibilitar-se-á ao educando uma maior identificação com o conteúdo abordado em sala de aula, o que contribuirá para a formação de um cidadão crítico e reflexivo dentro da sociedade em que está inserido. Por fim, colocam-se algumas sugestões para abordagem da temática com o intuito de incentivar o docente da área de Ciências Humanas a apontar durante a construção do currículo escolar assuntos que trazem não só as questões para a educação e preservação ambiental, como também a formação histórica do estado do Rio Grande do Sul e tudo aquilo que envolveu as modificações originais do Bioma Pampa.

Palavras-Chave: Bioma Pampa; Identidade (gaúcha); Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

In order to demonstrate the value of the pampa biome approach within schools in order to relate it to Gaucho identity, this study aims to address the teaching of the Pampas Biome, in the public schools of basic education, through the case study held at the State School of School Tercentenary, located in San Borja / RS. In the context, this study analyzed the school curriculum as well as textbooks of the humanities, geography discipline that are used in primary school, in the final years of elementary school. During the work presents itself, even without a biological depth, the elements that involve the ecosystem biome Pampa, especially the fields, since these as well as rich in plant diversity and animals are the ones that characterize the Pampas Biome, mostly for its scenic beauty. There is a reference to the first members of this social habitat, from the colonial period in order to understand the relationship of these subjects with Biome as nature. In addition to quick information to the reader about the features that this biome provides and what the legal environmental protections that receives the work aims to arouse the interest of the school community to address, interdisciplinary, the topic Biomes, especially Pampa. Because it is believed that in this way will be possible to educate a greater identification with the content covered in class, which will contribute to the formation of a critical and reflective citizen in the society in which it operates. Finally, put a few suggestions for the thematic approach in order to encourage the teacher gives the Humanities pointing during the construction of school curriculum subjects that bring not only the issues for education and environmental preservation, as well as training historic Rio Grande do Sul state and everything involving the original modifications of the Pampas Biome.

Keywords: Pampa Biome; Identity (gaucho); Teaching and learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jornal SULRURAL sobre a regulamentação do bioma pampa.....	31
Figura 2: Reportagem sobre o decreto	32
Figura 3: Mapa das culturas indígenas do RS.....	38
Figura 4: Capa do livro didático de geografia 7º, 8º e 9º anos.....	59
Figura 5: Sumário dos livros didáticos	60
Figura 6: Capas dos livros de Geografia do ensino médio	64
Figura 7: Sumário dos livros didáticos.	65
Figura 8: Mapa representativo das florestas do Bioma Pampa	66
Figura 9: Planos de Estudo da Escola Tricentenário.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS

APP's- Área de Proteção Permanente.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PCNS – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPEMP- Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico.

UC's- Unidades de Conservação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	16
GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE	16
1.1 O Bioma Pampa	16
1.2 O Bioma Pampa como recurso	24
1.3 Legislação e preservação do Bioma Pampa	28
CAPÍTULO II	34
OS “ELEMENTOS FORMADORES” DA IDENTIDADE GAÚCHA.	34
2.1 A contribuição do índio para a cultura do gaúcho a partir da colonização do RS.	37
2.2. A contribuição do homem branco à formação da cultura gaúcha	40
2.3 A contribuição do negro para a cultura do gaúcho a partir da colonização do RS.	47
2.4 A contribuição do português/açoriano para a cultura do gaúcho a partir da colonização do RS.	52
CAPÍTULO III	56
A SOCIEDADE PAMPEANA ATRAVÉS DA ESCOLA	56
3.1 O Bioma Pampa nos livros didáticos.....	58
3.2 O pampa no currículo escolar: o caso da Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo central analisar a relação da sociedade gaúcha com o bioma pampa no decorrer do século XX e como isso se reflete na educação escolar, através dos livros didáticos. Para tanto, faremos referências a períodos anteriores, apenas para contextualizar o tema, porém não será o objetivo do trabalho.

O bioma pampa compõe um dos seis biomas que contemplam as terras brasileiras. Esse bioma cobre parte das terras do Rio Grande do Sul e estende-se até os países do Uruguai e Argentina. Iremos neste trabalho, nos deter apenas na área que abrange o estado rio-grandense.

Sabemos que toda vez que há relações entre natureza e o homem, há modificações nas paisagens. Essa área do Pampa vem sofrendo mudanças desde a colonização, através das delimitações de terras destinadas a atividades com a pecuária, grandes propriedades, indústrias e, atualmente, a silvicultura.

Este espaço hoje já delimitado pelo homem possui historicamente uma riqueza de informações histórico-culturais que ajudaram a construir todo o Rio Grande do Sul como estado e o seu sujeito social, hoje chamado de gaúcho.

Considera-se este um tema de extrema importância, uma vez que oportuniza aos profissionais da área de Ciências Humanas trabalharem interdisciplinarmente, os biomas com a sociedade que ocupa. Não somente os aspectos de formação e estrutura, mas também as questões relacionadas à identidade, economia e preservação ambiental.

O bioma pampa agrega um vasto número de informações sobre a formação do estado do Rio Grande do Sul, isso no que diz respeito a diversos aspectos. Estudar de forma acentuada e profunda esse bioma é oportunizar aos educandos a compreender a relação do homem com a natureza.

A biodiversidade do bioma pampa permite aos habitantes da área várias opções de sobrevivência em atividades que estão diretamente ligadas à natureza. Nesse caso, estão os campos, que integram a paisagem do bioma e na maioria das vezes predominam na relação de influência direta ao modo de vida e à economia da sociedade gaúcha.

O vínculo explícito do agente social do Rio Grande do Sul com a natureza torna-se um elemento instigador para buscar uma compreensão maior sobre a história de identidade do Rio Grande do Sul. Apresentar ao aluno essa história e identificar a área geográfica e ambiental faz com que os mesmos consigam observar as contribuições do bioma pampa para a formação da cultura e identidade gaúcha.

Portanto, buscar-se-á analisar e relatar o que trazem os livros didáticos. Os livros analisados pertencem ao Projeto Araribá que e foram editados nos anos de 2010, e 2013, e contemplam as séries finais do ensino fundamental (7º, 8º e 9º anos) e o ensino médio. Também foi analisado o currículo da escola (Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário) assim como o plano de estudos da disciplina de geografia.

Essa é uma forma de identificar se os saberes relacionados ao bioma pampa são trabalhados de forma concreta e crítica e com o objetivo de transformar e conscientizar os estudantes para a importância de sua ação frente à sociedade. Acredita-se que a escola é a melhor mediadora para transmissão do conhecimento e, portanto responsável para a formação de um cidadão crítico e reflexivo sobre todos os aspectos, em especial aqui a preservação ambiental do bioma pampa.

A tentativa deste objeto de estudo é evidenciar o bioma pampa como espaço de mediação na construção da identidade cultural do povo gaúcho, pois seus costumes e tradições estão interligados com a natureza, e geram um sentimento de pertencimento aos habitantes do pampa gaúcho.

Assim, é importante que o tema seja abordado na escola para que se desperte nas crianças e nos jovens a importância do bioma local, pois este bioma atende várias atividades econômicas que se relacionam com os membros de suas famílias.

Esta ligação estabelece-se, principalmente, por questões de trabalho. Entretanto, a falta de conhecimento sobre a biodiversidade do bioma pampa e principalmente sobre a importância de seus campos geram indivíduos que colaboram para negligenciar essa área naturalmente rica e pouca protegida.

Uma maneira de amenizar a negligência da falta de conservação do bioma pampa e a falta do conhecimento histórico dos alunos é através da educação. É a escola a ponte para tornar a memória viva dessa formação cultural e todo o passado histórico construída ao longo dos séculos. O resgate da memória é que torna viva a continuação cultural de um povo.

Ao abordar o bioma pampa para os educandos e mostrar questões regionais de formação da identidade gaúcha, relacionando-o como parte integrante dessa relação, promoverá neste um sentimento de pertencimento o que levará uma possibilidade de maior interesse sobre o conteúdo e de resultados mais concretos em relação à preservação e valorização do mesmo.

A fim de compreender melhor essa ligação do gaúcho com a natureza, em específico com bioma pampa, tomou-se como base da abordagem do tema a pesquisa bibliográfica, a análise de livros didáticos das séries finais do ensino fundamental e os três anos do ensino médio e o currículo escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário, situada na Rua Ver. Eurico Batista da Silva, 1353, Bairro Paraboi, na cidade de São Borja/RS.

As bibliografias nortearam sobre formação histórica do Rio Grande do Sul, a construção de uma identidade gaúcha, a biodiversidade do bioma pampa e as heranças culturais até hoje vivenciadas no cotidiano dos gaúchos, não só aquele que ainda vive no campo, mas também aquele que reside em área urbana.

Os livros didáticos foram analisados no sentido de como são apresentados, qual a relevância destinada ao assunto e a relação e abordagem dada no currículo escolar da escola investigada. Buscar-se-á observar o quanto e como o potencial de estudo do bioma pampa é desenvolvido na escola.

Nesse caso, o trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos a Geografia e o Meio Ambiente trazendo como subtemas o Bioma Pampa e seus conceitos, suas características, sua abrangência, suas possibilidades de recursos e questões legais que o conservam como patrimônio em toda a sua extensão.

No segundo capítulo, a abordagem é sobre os Elementos formadores da identidade gaúcha. O sentido do capítulo é trazer algumas das principais colaborações étnicas que gaúcho teve para a formação atual da identidade. Buscaram-se elementos no indígena, no negro e no português que colaboram para a formação cultural do estado do Rio Grande do Sul, hoje conhecido e representado mundialmente pela figura estereótipo do gaúcho.

As heranças culturais de cada povo foram introduzidas no dia a dia daqueles que viveram em áreas rio-grandenses, o que gerou assim, uma mistura cultural que resultou nos hábitos não só culturais, mas também gastronômicos, econômicos, e idiomáticos.

Por fim, o terceiro capítulo, trará uma apresentação mais específica dos estudos dos livros didáticos disponíveis e utilizados na escola Tricentenário, assim como o currículo escolar direcionado para a disciplina de Geografia, componente pertencente à área de Ciências Humanas.

Com isso procuramos abordar o bioma pampa como elemento da cultura gaúcha e marca de identidade para o gaúcho, uma vez que as características do bioma no que se refere à vegetação, animais e solo são oriundos de atividades relacionadas ao gaúcho.

CAPÍTULO I

GEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE

1.10 Bioma Pampa

O Brasil possui seis biomas terrestres que são: Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pampa e Pantanal, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004). O Estado do Rio Grande do Sul é caracterizado pelo bioma pampa que ocupa uma área de 176.496 Km², equivalente a 63% do território rio-grandense e 2,7% do território brasileiro, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente-MMA (2015).

O bioma pampa possui uma vasta riqueza de espécies vegetais e animais. Conforme o MMA (2015) ele é constituído por mais de 3000 espécies de plantas campestres, possui inúmeras espécies de gramíneas tem como referência o capim-forquilha, típico da região.

Há também matas ciliares, matas de encostas, matas de pau-ferro, banhados, entre outros. Na fauna são mais de 500 espécies de aves, e há registro de mais de 100 animais mamíferos. Segundo Christopherson (2012):

Um bioma é um ecossistema terrestre grande e estável caracterizado por comunidades de vegetais e animais específicas. Cada bioma é normalmente chamado de acordo com a *vegetação dominante* na região, pois essa é a característica geral mais facilmente identificada. Podemos generalizar as espécies de vegetais dentro de seis biomas: floresta, savana, campos, complexo arbustivo, deserto e tundra. (CHRISTOPHERSON, 2012, p. 649).

Essa alta diversidade do bioma em espécies vegetais e animais proporcionaram aos habitantes uma farta opção de trabalho para a sua sobrevivência. Na pecuária, principalmente, destacam-se os campos com fonte forrageira natural, e esses são também fonte de benefícios para a preservação dos recursos hídricos.

Os campos sulinos são usados para a cultura da pecuária há mais de 300 anos, desde a chegada dos descendentes de portugueses. A vegetação que compõe esses campos, ou seja, uma área plana, rica em gramíneas, com matas, relevos suaves, e brevemente ondulados formam assim, mosaicos compostos por florestas e campos verdes que ajudam a expandir a cultura.

A constituição do bioma é benéfica também para a distribuição da água da chuva que ajuda assim, no equilíbrio hídrico do estado, isso se deve também ao clima úmido, com períodos de grandes chuvas principalmente no verão, o que facilita o acúmulo de água no solo.

Mas toda essa paisagem que é apresentada pelo bioma pampa hoje, no passado foi modificada e alterada. Segundo Crosby (2011) O Pampa foi habitado por invasores do Velho Mundo e esses invasores modificaram o ambiente natural do pampa.

Ainda conforme Crosby, essas mudanças ficam claras a partir do século XV com a chegada dos animais da Europa, pois com eles traziam possivelmente em seus corpos e patas sementes que modificaram toda a estrutura do solo e da fauna do pampa.

Com toda a dimensão de mudanças recebidas tornou-se visível as transformações que ocorrem na constituição da flora no pampa. Principalmente, no que se refere ao surgimento de ervas invasoras que não são características do ambiente. Tais ervas expandiram-se muito e modificaram a estrutura do pampa. Segundo Crosby (2011):

A alcachofra-brava cardo *de castilha*, comum na Buenos Aires de 1749, continuou a disseminar-se, e quando Charles Darwin visitou essa parte do mundo, oitenta anos depois, encontrou-a na Argentina e no Chile, e tão exuberante no Uruguai que tornara centenas de quilômetros quadrados impenetráveis para o homem e o cavalo. (CROSBY, 2011, p.169).

Há ainda outra erva invasora destacada pelo autor:

Mas o que mais me impressionou foi o cardo gigante importado, planta mediterrânea bienal, que crescia até a altura de um homem a cavalo. Nos "anos do cardo", ela florescia em toda parte e quando secava havia grande perigo de incêndios: (CROSBY, 2011, pp.169 -170).

Nesta obra "Imperialismo Ecológico", Crosby, coloca que essas duas ervas estrangeiras, alcachofra-brava e cardo gigante foram as de maior destaque devido a sua propagação durante o século XIX. Mas houve milhares de outras também e que os europeus mudaram irreversivelmente, vários ecossistemas pelo mundo, inclusive o pampa.

Mesmo sofrendo historicamente, um processo de alteração é no bioma pampa que se encontram as maiores áreas de campos naturais. Riquezas e diversidades são características desses campos e por isso, se tornaram muito favoráveis à pecuária, uma das principais atividades que se desenvolveu no Rio Grande do Sul. Foi, ao longo dos anos, e permeado pelo modo de vida e de trabalho do gaúcho que esse bioma se caracterizou.

O gaúcho era o homem que trabalhava com lidas no campo em grandes estâncias, exigia-se desse tipo um porte físico forte e enérgico, pois seu trabalho era direto com os animais e com a natureza, abria matas e adestrava animais. O trabalho começa muito cedo: ir para o campo, cuidar dos animais, monitorar os animais que ainda mamam, atravessar rios com o gado ou passar por banhados para mudar o gado de pastagem.

Isso tudo durava o dia inteiro e muitas vezes parte da noite. A comida era preparada no campo mesmo, próximo a matas, onde o homem gaúcho aproveitava para descansar, deitado debaixo de uma boa sombra. No fogão de chão, preparava-se o alimento e se aquecia a água para o chimarrão, um dos maiores símbolos do gaúcho.

Mesmo que, no início do período colonial os gaúchos fossem a minoria e servissem a grandes estancieiros, tinham os seus costumes de trabalho, optavam muitas vezes por contratos temporários, sem ter o objetivo de acumular riquezas, porque gostavam de administrar o seu próprio tempo e o modo de vida. Eram considerados sujeitos de vida andarilha ou descompromissados. (GUTFREIND, 2006). Gutfreind (2006) ainda argumenta que:

Nossa análise, porém, não focalizará o gaúcho como uma figura gentílica, que identifica os que nasceram no Estado do Rio Grande do Sul, mas, sim, como o habitante de um espaço delimitado à zona da Campanha e como agente social que constrói, a partir de suas vivências, sua cultura. (GUTFREIND, 2006, p.241).

Assim, a ligação do gaúcho com as lidas do campo se fortaleceram. O indivíduo que trabalhava com a pecuária apesar do trabalho ser árduo e braçal compartilhava do contado direto com a natureza, muitas vezes, selvagem que se descobria. Devido a esse modo de vida criou-se uma relação do homem com a natureza, fato este que contribuiu para a formação da cultura gaúcha.

Porém, no decorrer da história do Rio Grande do Sul, percebem-se os diferentes usos das paisagens pampeanas, desde o período colonial, até o início do século XXI. O setor rural brasileiro passou por várias transformações desde a década de 1970, e com isso vieram inúmeras mudanças devidas, principalmente, às inovações tecnológicas.

Elas ajudaram o produtor a ter e manter uma criação de animais com melhor qualidade, dentro dos padrões exigidos pelo mercado econômico mundial. Já com a contribuição da tecnologia e com a ajuda do clima introduziram-se em terras rio-grandenses outros tipos de culturas, como por exemplo, a do arroz.

Conforme Pesavento (2002), O Rio Grande do Sul, imediatamente expandiu a cultura do arroz. Foi em 1904, no município de Pelotas, que surgiu a primeira lavoura empresarial, já então irrigada. Conforme Neto (2015):

[...], a cultura chegou a Cachoeira do Sul, no mesmo estado, e, a partir de 1912, teve grande impulso, graças às máquinas a vapor. Os veículos movidos a vapor acionavam bombas de irrigação, o que facilitava a inundação das lavouras de arroz. (NETO, 2015. p. 14, *apud* PEREIRA, 2002).

Também o autor ainda informa o seguinte sobre o grão:

O arroz é um dos cereais mais produzidos e consumidos no mundo, caracterizando-se como o principal alimento de mais da metade da população mundial. Somente na Ásia, de 60 a 70% do consumo calórico de mais de dois bilhões de pessoas é proveniente do arroz e seus subprodutos (FAO, 2004). A produção mundial estimada do grão é mais de 475 milhões de toneladas, sendo 8,3 milhões de toneladas produzidas no Brasil (USDA/FAS, 2015). (NETO, 2015. p. 14).

Nesse período, grandes agricultores se beneficiaram e intensificaram seus negócios. Em contrapartida, pequenos produtores perderam tudo ou grande parte de suas propriedades, pois não tinham condições de acompanhar a “modernização”. Também, houve uma dedicação do governo em oferecer investimentos para os agricultores aplicarem em infra-estruturas dessas lavouras, como, por exemplo, maquinários, beneficiamentos de sementes, isso oportunizou, principalmente à elite o acesso a esses benefícios.

Compreende-se, nesse momento, por modernização a introdução de máquinas, tratores, insumos, fertilizantes e etc., que vieram a somar para uma produção/safra de maior quantidade e qualidade.

Para Suzuki (2007, p. 85) “a modernização, no Brasil, atinge, no mesmo período, tanto o campo, como a cidade”, e ainda:

Nesses termos, procuramos compreender a modernização da agricultura como um movimento de re-elaboração da base técnica, bem como das relações de submissão do trabalho, ao longo da história do homem, entendendo que, com a absolutização da propriedade privada e a produção da cidade capitalista, ocorre uma metamorfose do processo de modernização, particularmente, no caso brasileiro, em meados do século XIX. (SUZUKI, 2007, p.85).

Devido a essa expansão das lavouras de grãos, ocorreu o intenso uso dos solos de forma errada, principalmente através dos manejos incorretos, também a falta do controle da erosão, as queimadas e o incentivo à silvicultura são motivos para uma degradação das terras desse estado.

Tudo isso vem contribuindo para as modificações do bioma pampa. A reversão dessa destruição seria a diminuição das monoculturas, a recuperação das áreas degradadas após suas identificações, fiscalização. E, principalmente, a educação ambiental.

Quando se fala em educação ambiental observam-se diversas definições e modos de atuação. De acordo com Chalita (2002) a educação ambiental é “uma educação que estimule o senso crítico, que estimule métodos e traga à tona discussões, que desperte os interesses dos alunos”. É algo que se compõem como uma estratégia para que se alcancem as mudanças desejadas na atual educação.

Vai bem além de desenvolvimento de atividades em contextos isolados, ou datas isoladas no que se refere a eventos que marquem datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente. Para os autores a educação ambiental deve ter por objetivo a construção de cidadãos críticos e conscientes em relação a seu papel no mundo no que se refere à preservação do meio em que vivem.

Portanto, a educação ambiental deve ser voltada para a construção diária e continua, através da análise crítica dos seres humanos em relação a suas atitudes e o reflexo dessas na natureza. Só, então estes poderão perceber que a preservação

do meio ambiente e a busca de uma qualidade de vida são reflexos das atitudes de todos no que se refere aos atos que produzem e reproduzem continuamente.

Tem-se de entender que da mesma forma que uma grande empresa polui quando esta não se preocupa com questões ambientais, qualquer indivíduo comum o faz da mesma maneira quando em pequenos e isolados atos contribui para a poluição.

Portanto, observa-se que a falta de consciência ambiental por parte dos alunos que constituem a educação básica origina-se da forma como a educação básica é estruturada, com métodos defasados, em desacordo com a realidade. E esse tipo de atuação gera cidadãos com hábitos e comportamentos prejudiciais ao meio ambiente, mesmo que de forma involuntária.

Estudos e práticas realizadas demonstram que, a educação ambiental só terá eficácia, se levar os alunos a terem percepção do mundo que os cerca, “envolvendo-os de forma a despertar uma consciência crítica que busca soluções para o problema”. Kindel (2006).

A educação ambiental deve ser entendida com toda ação educativa que contribui para a formação do cidadão consciente da preservação do meio ambiente e apto a tomar decisões coletivas sobre questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Dessa forma, sua aplicação não se restringe ao universo escolar, mas deve permear este para facilitar o entendimento dessas questões e suas aplicações no dia a dia.

Segundo Capra (2003), essa é uma proposta alinhada com o novo entendimento do processo de aprendizagem que sugere a necessidade de estratégias de ensino mais adequadas e torna evidente a importância de um currículo integrado que valorize o conhecimento contextual, ou seja, o aluno tem de, através da educação ambiental, relacionar criticamente com suas ações fora da escola.

A forma como a educação ambiental deve ser abordada nas escolas vem embasada pelas políticas públicas e iniciativas do Ministério da Educação voltadas à Educação Ambiental, dentre tais políticas cite-se: (I) os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados em 1997, que incluem, entre as dimensões transversais, o meio ambiente; (II) os Parâmetros em Ação-Meio Ambiente na Escola e o Programa de Formação Continuada de Professores, implementado em 1999; (III) a inclusão da Educação Ambiental no Censo Escolar, em 2001; (IV) a realização da I, II, III, IV

Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, desenvolvidas em 2003, 2006, 2009, 2012, pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; e (V) a formação continuada de professores em Educação Ambiental, no âmbito do programa denominado Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas.

Dentre as políticas oferecidas destacam-se a conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente que é realizada em quatro etapas: escolar, nessa etapa o envolvimento é de toda escola, regional através da escolha dos projetos elaborados pelos alunos por região para apresentação na etapa estadual, etapa esta que selecionará os projetos que serão apresentados na conferência nacional.

Também se destaca a formação continuada de professores em educação Ambiental, através do programa Vamos cuidar do Brasil com as Escolas, é um programa que através de convênio com instituições que trabalham a preservação do Meio Ambiente. Instituições essas que realizam a formação em Educação Ambiental para os professores da Rede Pública.

Esses programas fazem o educando e professores relacionarem a atitudes concretas no seu dia a dia. Eles visam levar o aluno a relacionar, refletir e posicionar-se criticamente em relação a situações problemas a que venha enfrentar no seu cotidiano, pois só desta forma as futuras gerações poderão reverter os prejuízos ocasionados pelo próprio homem à natureza.

Dentre todas essas possibilidades de reversão considera-se como essencial e básica a educação ambiental, pois é nela que se formará o indivíduo consciente do seu coletivo, como descreve o 1º e 2º Artigos da Lei 9.795/99 (Dispõe sobre a Educação Ambiental) respectivamente:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes, e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como o uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” e “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo, estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A formação do indivíduo consciente, também as questões ambientais estão asseguradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º “A educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em

sua relação com a natureza e com os outros seres humanos que vise potencializar a atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental”.

É a escola que servirá de ponte para formar o educando consciente da sua importante relação harmônica com a natureza. A escola promoverá ações e práticas que possibilitem a essas crianças e jovens formar valores direcionados a um pensamento global para a transformação não somente social, mas também em todos os aspectos que envolvem a natureza.

Mas como dissemos a escola é uma ponte, e não todo o caminho para formar uma sociedade comprometida com o meio ambiente. Não basta o educando receber as informações da escola, e ao ultrapassar os muros dela se deparar com uma sociedade individualista e permanecer assim também, é preciso refletir ao sair da escola.

As políticas e a nova forma de inserção da educação ambiental visa reverter a forma de atuação do aluno no contexto escolar, durante muito tempo houve o desenvolvimento de educação voltada para a passividade do aluno. Ele frequentava a escola com o objetivo de receber conhecimentos transmitidos pelo professor.

Hoje os PCNS reverterem essa postura e vêem na atuação do professor como mediador do conhecimento e o educando um sujeito ativo, crítico. Aos poucos a escola transforma o seu modo de ensinar e faz o educando refletir e se tornar um sujeito crítico o que é um dos objetivos da reestruturação da Educação Básica.

[...] o educando deve ser estimulado a uma reflexão crítica para se transformar individualmente, e ao mesmo tempo subsidiar uma prática que busque intencional e coletivamente transformar a sociedade. Esse processo de conscientização se dá por intermédio de uma formação cidadã comprometido com o exercício de enfrentamento das questões socioambientais da atualidade. Esse exercício por meio de intervenções educativas se contextualiza para além dos muros da escola, já que na interação com a sua comunidade, pode, se aplicando criticamente os conhecimentos acumulado [...]. (GUIMARÃES, 2007, p.92).

Entendemos que o processo de conscientização de um educando pode começar e/ou estender-se a partir da escola, mas não deverá permanecer lá, ao cruzar os muros da escola deverá tornar-se crítico, observador e agente

transformador da sociedade em que vive, direcionando-a para que a reflexão saia da individualidade para uma coletividade.

O que vamos herdar se não cuidarmos, se continuarmos modificando e agindo como seres perturbadores desse bioma, como haverá continuação da cultura, das formas de trabalho, da vivência no campo se há uma destruição desenfreada com o pensamento voltado apenas para grandes lucros são questionamentos constantes.

A educação ambiental constitui-se em uma ponte para formar cidadãos capazes de não perturbar o bioma em que vivemos. A informação e o debate promovido pela escola formarão futuras gerações mais conscientes e preocupadas em preservar os biomas, amenizando assim a interferência humana.

As atuais e futuras gerações devem saber a importância socioambiental do bioma pampa e como preservá-lo para que a história do Rio Grande do Sul seja sempre lembrada também pela relação do gaúcho com a natureza. Pois foi nesse bioma que surgiu o vínculo do gaúcho com o pampa.

Por toda a formação histórico-cultural do habitante do pampa, referenciam-se sempre os campos cheios de gados, o domínio com o cavalo, o desbravar de matas nativas, o viver livremente, o prazer em fazer o trabalho rural sem interesse de riquezas, os acampamentos em campos abertos ou em encostas de matas para abrigo e descanso e as roupas que o ajudavam no dia a dia. O uso roupas fortes, parte destas peças em couro, para lhes proporcionar uma maior proteção durante as lidas contribuíram para essa simbologia histórica do homem que vive nos pampas.

Esse elo sociedade-natureza que fica explícito pelo povo gaúcho determina um sentimento de pertencimento ao território habitável cria-se uma interação dos costumes com o ambiente natural, portanto são essenciais dentro de um ambiente educativo, estímulos que possibilitem o conhecimento sobre o bioma em que vivem e as relações deste bioma que os ajudaram a chegar ao agente social do presente.

1.2 O Bioma Pampa como recurso

De acordo com Portugal (1992) “A palavra recurso significa algo a que se possa recorrer para a obtenção de alguma coisa.” Para esse autor, o homem recorre aos recursos naturais, isto é, aqueles que estão na Natureza, para satisfazer suas necessidades. Para Art. (1998) recurso pode ser “(a) componente do ambiente

(relacionado com frequência à energia) que é utilizado por um organismo e b) qualquer coisa obtida do ambiente vivo e não-vivo para preencher as necessidades e desejos humanos.”

Os recursos naturais são o que após seu uso podem ser renovados, isto é, voltarem a estar disponíveis, é renovável, caso contrário é não renovável. Exemplos de recursos renováveis são: flora, fauna natural e todos os ecossistemas cultivados. Já os recursos naturais não renováveis, são os que não podem ser produzidos, embora possam em longo prazo serem substituídos por outros, como por exemplo, o petróleo substituindo o carvão.

O bioma pampa, no Brasil, concentra-se em uma área que corresponde a dois terços do território total do Pampa que compreende na Argentina parte das províncias de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entreríos, e Corrientes e abrange também toda República Oriental do Uruguai.

No que se refere ao estado do Rio Grande do Sul é formado por quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais: Depressão Central, Planalto da Campanha, Planalto Sul-rio-grandense e Planície Costeira (BRASIL/MMA, 2007). Na área em que o bioma pampa ocupa as terras rio-grandenses, os conjuntos de fitofisionomias são o objeto deste estudo, há vegetações variáveis, principalmente devido a fatores como o clima e o solo.

Sobre o termo “bioma” de acordo com o IBGE (2006) é:

Conjunto de vida (vegetal e animal) definida pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria”.

Os campos apresentados, dentro deste bioma, dominam a paisagem do pampa, possuem em sua beleza características ímpares, pois geralmente são comparados a imensos tapetes verdes em perfeita harmonia.

Esses campos são abertos, às vezes, levemente ondulados e contam em conjunto com grandes áreas, rios com grandes matas em suas encostas ou pequenos capões de matos que servem de abrigo ou descanso ao gado geralmente exposto a estes campos.

Essa individualidade do bioma pampa proporciona a sociedade, que vive nele, uma ampla oportunidade de uso desses recursos ofertados. Sobre o conceito de

recursos Venturi (2006) *apud* Zimmermann (1996), assim os define: “Os recursos não são: eles se tornam”. Logo, para que um elemento ou um aspecto da natureza, seja considerado um recurso, é preciso que esteja e em uso ou que, pelo menos, exista demanda por ele.

Venturi (2006) define da seguinte forma recurso:

Recurso natural pode ser definido como qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado direta ou indiretamente pelo homem como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais, em determinado tempo e espaço. Os recursos naturais são componentes da paisagem geográfica, materiais ou não, que ainda não sofreram importantes transformações pelo trabalho humano e cuja própria gênese independe do Homem, mas aos quais foram atribuídos, historicamente, valores econômicos, sociais e culturais. (VENTURI, 2006, p. 13).

Para cada sociedade, há várias formas de recurso, depende do que ela elege no decorrer do tempo histórico. No bioma pampa, há vários tipos de recursos como discursa Venturi. Podemos pensar desde o recurso material como, por exemplo, o solo até os recursos imateriais como a forma de manejo, os saberes de uso da terra.

Destaca-se, também o tipo de relevo que é apresentado neste bioma, o qual proporciona o plantio de sementes melhor benefícios para a planta que vão desde as riquezas dos solos até ao uso de ferramentas que aumentem essa fertilidade.

Venturi (2006) nos faz refletir sobre as mais diversas possibilidades de recurso que usufruímos materialmente e imaterialmente da natureza, os recursos são usados tanto para alcançarmos benefícios econômicos, como satisfação física e espiritual. Por exemplo, como ele mesmo menciona os diferentes valores de imóveis dependem da posição e visão paisagística.

Aquele imóvel que se apresenta com uma melhor visão paisagística terá um valor maior e nos contemplará também particularmente e, portanto teremos uma apropriação daquele ambiente que em algum momento faremos um uso indireto adquirindo um benefício emocional.

Para Santos (2012), recurso vai além do que se usufrui da natureza pura e simples. Recurso também é o uso do conhecimento para aumentar as possibilidades que a terra oferece ao indivíduo.

Pode-se de um modo geral, dizer que as porções do território assim instrumentalizadas oferecem possibilidades mais amplas de êxito que

outras zonas igualmente dotadas de um ponto de vista natural, mas que não dispõem destes recursos de conhecimento. Imaginando duas regiões com as mesmas virtualidades físicas, aquela que mais bem equipada cientificamente será capaz de oferecer uma melhor relação entre investimento e produto, graças ao uso *just-in-time* dos recursos materiais e humanos. (SANTOS, 2012, p.242).

Para o autor além de utilizar os recursos que a área oferece, se houver possibilidades de utilizarem-se mecanismos tecnológicos e científicos seria uma forma de atingir resultados favoráveis aos pretendidos. Os recursos do bioma pampa são utilizados a partir do século XVII, quando ocorrem as tentativas de expansão do sul.

Conforme Pesavento (2002), com a ocupação do nordeste pelos holandeses adquiriu-se também a parte da África que fornecia escravos, com isso faltam escravos para o restante do Brasil. São Paulo que já usava mão de obra indígena começou uma busca por índios para vendê-los a grandes proprietários de terras e engenhos. Iniciou-se então a busca do apresamento de índios ao sul da colônia.

As missões jesuíticas se apresentavam, assim, como uma importante fonte de mão-de-obra, onde os índios já se achavam aldeados pelos padres e adestrados para o trabalho e a obediência. Sendo atacadas as reduções do Paraguai, os padres, para fugirem dos paulistas, penetraram em território rio-grandense, em 1626, estabelecendo reduções na chamada zona do "Tape". Esta área estendia-se pela bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado com os contrafortes das serras do Mar e Geral e com o rio Uruguai, por outro. (PESAVENTO, 2002, p.8)

A partir da instalação dessa redução jesuíta, formaram-se outras novas que tiveram como base de sustento a agricultura. Também a partir dessas formações jesuíticas que se intensificou a criação de gado que formavam estâncias dedicadas especificamente a essa cultura.

Com isso se entende que o uso dos recursos naturais intensificou-se, pois os Jesuítas se apropriaram da terra e de todos os recursos de sua fertilidade que o solo oferecia.

Nas formações das reduções jesuítas o que era levado em consideração, no que se refere ao local de fixação para erguer a redução era: as sombras vastas, a oferta de água.

Com isso se percebe o imenso uso de recursos que o pampa oferecia e oferece. Ainda que, sem avançados conhecimentos científicos, os jesuítas e

indígenas já usufruíam da paisagem, do solo, da água, do clima, das matas, da fertilidade do solo, etc.

Dessa forma, até os dias de hoje, o bioma pampa é utilizado como um recurso. A apropriação da paisagem pelo gaúcho, mesmo que subjetiva e imaterial está inserida no contexto de uso do recurso.

Por exemplo: a pecuária como economia principal e o uso de uma vegetação natural para o gado, o relevo propício para o uso de máquinas e suas tecnologias no solo para uma melhor safra, o abuso do solo para a silvicultura, tudo isso são ações de uso dos recursos do bioma tanto material como imaterial e que avança para um esgotamento da natureza.

1.3 Legislação e preservação do Bioma Pampa

O bioma pampa consiste em uma importante área, da região Sul do Brasil que garante serviços ambientais importantes, como a conservação de recursos hídricos, a disponibilidade de polinizadores, e o provimento de recursos genéticos.

Além disso, tem sido a principal fonte forrageira para a pecuária, abriga alta biodiversidade e oferece beleza cênica com potencial turístico importante. A sua conservação, porém, é ameaçada pela conversão em culturas anuais e silvicultura e pela degradação associada à invasão de espécies exóticas e uso inadequado.

Nas últimas décadas, cerca de metade da superfície, originalmente coberta com os campos no estado do Rio Grande do Sul, transformou-se em outros tipos de cobertura vegetal. Esse processo aconteceu sem que limites fossem, efetivamente estabelecidos e aplicados nem pelo poder público nem pela sociedade.

A legislação ambiental a respeito é ainda precária e negligenciada, algumas políticas públicas têm estimulado a conversão e os campos estão pobremente representados nos sistemas de áreas protegidas. Conforme Silva et al. (2013, p. 333):

A legislação ambiental brasileira prevê várias estratégias de conservação, como a criação de unidades de conservação (UCs), a manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL) nas propriedades privadas, o controle da supressão de vegetação nativa por monitoramento e exigência de autorização de desmatamento, a exigência de planos de suprimento sustentável para grandes empresas consumidoras de carvão vegetal e outras matérias-primas florestais, e a Cota de Reserva Ambiental.

Porém, historicamente, as ações públicas destinadas à conservação da biodiversidade no Brasil tem se concentrado na criação de UCs.

As áreas de preservação são importantes no que diz respeito à questão histórica da origem e característica do bioma pampa, no entanto essas práticas não servem como políticas de conservação do bioma, pois se destinam a conservação de áreas limitadas.

Em entrevista ao Globo Ecologia, Pedro Furtado Leite destaca que o bioma pampa não encontra embasamento na Constituição Brasileira.

A Constituição Federal de 1988 só faz citação a respeito da Floresta Amazônica brasileira, de várias tipologias incorporadas no bioma Mata Atlântica (a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira) e o Pantanal Mato-Grossense. O Ministério do Meio Ambiente adotou, posteriormente, um conceito de Mata Atlântica com abrangência bem mais ampla do que se conhecia historicamente, incorporando no bioma diversas tipologias florestais dispersas pelos biomas Cerrado e Caatinga. (LEITE, 2012).

A biodiversidade e as formas de produção sustentáveis praticadas, sobre os campos do sul do Brasil, ainda são pouco conhecidas pelo conjunto da sociedade. Com o objetivo de preservar essa biodiversidade característica desse bioma e pela falta da citação do mesmo na Constituição Federal Brasileira (1988).

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul elaborada em 1989, com alterações adotadas pelas Ementas Constitucionais de n.º 1, de 1991, a 71, de 2016, prevê em seu inciso XVI, do parágrafo § 1º do artigo 251, o seguinte: “valorizar e preservar o Pampa Gaúcho, sua cultura, patrimônio genético, diversidade de fauna, e vegetação nativa, garantindo-se a denominação de origem”.

Essa medida visa preservar o que ainda resta de característica própria do bioma pampa. Como se sabe muitas espécies de flora e fauna, características do bioma, já se perderam, em virtude da não conservação e conscientização sobre a importância de se preservar as características próprias e originárias da região. De acordo com o pesquisador Eduardo Vélez em entrevista ao Globo Ecologia:

A paisagem aberta é muito influenciada pelos ventos e pela luminosidade. Há uma grande diversidade de plantas herbáceas, incluindo gramíneas, compostas, leguminosas (ou Fabaceae, plantas da família do feijão) e ciperáceas, estas nos locais mais úmidos. Também ocorrem muitas plantas arbustivas e árvores de menor porte, como as vassouras, o espininhos, as aroeiras e a coronilha”. (VELEZ, 2003).

Conforme o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2016), as paisagens do pampa são variadas, este bioma exibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade, e ainda seu ecossistema apresenta uma expressiva fauna e flora com grandes espécies ainda não identificadas cientificamente.

Porém, desde a sua colonização, sofre com a agressiva pecuária que gira economicamente o estado, e também pelas diversas monoculturas que se aplicam no solo do bioma. Tudo isso avança para uma descaracterização original do ecossistema como um todo.

Mas, foi criado pelo MMA um sistema de gerenciamento para a conservação de partes desses biomas considerados de extrema relevância para manutenção do restante das áreas.

Esse gerenciamento abrange todos os biomas que atingem o Brasil e denomina-se de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC é o conjunto de Unidades de Conservação (UC) que atinge esferas federais, estaduais e municipais.

O objetivo do SNUC é administrar e ajudar a proteger grandes áreas que abrigam a maior parte das riquezas compreendidas pelo ecossistema dentro de cada bioma. O bioma pampa conforme informa o próprio MMA é o bioma que menor tem representatividade no SNUC. Destaca-se o seguinte:

As “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira” atualizadas em 2007, resultaram na identificação de 105 áreas do bioma pampa, destas, 41 (um total de 34.292 Km²) foram considerados de importância biológica extremamente alta. (MMA, 2016).

As ações para a preservação do bioma podem e devem partir das políticas públicas que contenham programas e atividades que estabeleçam prioridades e objetivos a serem alcançados com a participação da sociedade.

As políticas públicas, preferencialmente deveriam ser voltadas para o controle das áreas a serem cultivadas, desmatamentos e queimadas indevidas.

Geralmente, essas políticas partem do poder executivo e legislativo em conjunto com empresas públicas e privadas e com o apoio e/ou demanda solicitada pela comunidade.

O exemplo disso foi para estabelecer regras, fortalecendo-se os objetivos principais de proteção do meio ambiente, ao criar-se o Decreto N.º 52.431, de 23 de julho de 2015.

Onde regulamenta as inscrições dos imóveis rurais e esclarece maiores informações para a expansão de área de uso dos solos, define-se também para os proprietários rurais o que é banhado, dentro do Bioma Mata Atlântica e o Bioma Pampa.

O jornal SulRural (Farsul), de julho de 2015, pontua que o decreto expressa pilares importantes para a preservação do bioma, pois traz esclarecimentos ao produtor rural, sobre definições de campos nativos para a pecuária, regras pra a conversão do solo e por fim define com exatidão as características da fauna, flora e banhado do bioma em destaque.

Figura 1: Jornal SULRURAL sobre a regulamentação do bioma pampa.



Fonte: Jornal Sulrural (Farsul, julho de 2015)

Figura 2: Continuação da reportagem sobre a regulamentação do bioma pampa



Fonte: Jornal Sulrural (Farsul, julho de 2015)

Entretanto, o referido decreto para ser eficaz deve ser conhecido pelos agricultores. Estes devem receber formação relativa à importância de se conservar as características originais do bioma pampa e se manejado de forma correta o mesmo é propício para o desenvolvimento econômico da região.

Também, deve haver o trabalho nas escolas, no âmbito da educação básica para a conscientização de crianças e jovens a preservar o bioma. Portanto, deve-se inserir, nos educandários, temáticas e projetos relacionados ao meio ambiente. Esse tipo de atitude ajudará na formação de futuros cidadãos críticos em todas as esferas da sociedade.

Dessa forma, a cada geração adulta haverá um maior compromisso com a natureza. Estes terão consciência que preservar o bioma e não degradá-lo depende das ações humanas. Só através do desenvolvimento da consciência crítica, que as leis de preservação se tornarão eficazes. Singer (2002) discursa o seguinte:

[...], uma vez uma floresta derrubada ou inundada, a sua ligação com o passado estará perdida para sempre. Esse é um custo com o qual terão de arcar todas as gerações que nos sucederem no planeta. É por isso que os ambientalistas estão certos quando se referem às florestas como uma “herança mundial”. É uma coisa que herdamos de nossos ancestrais e que devemos preservar para os nossos descendentes, se quisermos que eles não se vejam privados dela [...]. (SINGER, 2002.p.285).

Enfim, as leis nada mais são do que normas para organizar uma sociedade e tudo que está inserida nela. A normatização faz-se necessária e atinge as exigências da própria população, cria direitos e deveres comuns a todos.

Ao submeter-se a tal lei o indivíduo cumprirá as exigências impostas e respeitará o direito do outro. E é direito das futuras gerações conhecerem e usufruírem das características próprias do bioma pampa.

A falta de um gerenciamento para que a sociedade usufrua do bioma pampa de maneira cuidadosa implicaria em resultados desastrosos para a natureza, pois desvalorizaria a paisagem natural, altera-se a fauna, a flora em todo o seu contexto original, cria-se assim, uma desvalorização também cultural para o estado.

CAPÍTULO II

OS “ELEMENTOS FORMADORES” DA IDENTIDADE GAÚCHA.

De acordo com Silva (2006), a identidade relaciona-se a diferenças culturais que um grupo possui em relação aos outros. O que demarca a identidade são as características comuns a um determinado grupo e ao mesmo tempo tais características o diferenciam de outros grupos.

A marca do gaúcho, por exemplo, relaciona-se às características comuns cultivadas por ele, marcas essas que o diferenciam e marcam a sua identidade em relação a outros grupos. Para Silva (2006, p.82), “A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”.

Portanto, como bem diz Silva (2006) a construção da identidade está relacionada a costumes comuns e próprios de um determinado grupo e totalmente diferente dos demais que não pertencem a ele. Silva observa que “Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade.” (SILVA, 2006, p.84).

No caso do Rio Grande do Sul, o modelo que foi construído como uma identidade está ligada a um passado rural, um grupo que vivenciava a vida campeira. Mesmo que as maiores representatividades deste sujeito estejam na parte sudoeste do Estado e ainda com as influências dos imigrantes italianos e alemães.

Com as novas articulações com todo o Brasil, no que se refere à modernidade política, econômica, de transportes e principalmente de comunicações o tipo que representa o Rio Grande do Sul é o gaúcho. (OLIVEN, 2006).

Como observa Jaques (2006), a Identidade de alguém é gerada pela necessidade de sobrevivência, assim como através das diversas formas de relações sociais demarcadas no âmbito de espaço e tempo em que a pessoa está inserida.

A Identidade também se expressa, conforme reflexões de Jacques (2006, p. 155), como uma forma de relação de composição e identificação em relação ao grupo que pertence, “etnia, raça, gênero, família ou profissão, em que o igual e o diferente convivem simultaneamente”.

A identidade vai se formando, conforme as relações históricas, entre a sociedade e o lugar a qual ela está inserida. São valores simbólicos que muitas vezes imaterializam o sentimento de pertencimento de cada indivíduo.

Por todo o mundo existem culturas diferenciadas que possuem valores simbólicos a aqueles que julgam pertencer a determinado lugar.

No Brasil, mesmo com toda a miscigenação que houve durante a colonização ainda há uma representatividade cultural, mais evidenciada e diferenciada em cada Estado.

No Rio Grande de Sul, isso não é diferente, pois este é um Estado que abriga processos históricos de lutas e guerras pelo espaço. Começou com a disputa entre Portugal e Espanha que por várias vezes, tiveram grandes batalhas para ficar com o território gaúcho.

Até a Revolução Farroupilha em 1835, onde os revolucionários tinham reivindicações como redução de impostos e também a soberania do espaço em que era de sua abrangência.

O país passou por várias situações econômicas e políticas desde a colonização. Por exemplo, na década de 1930, século XX, constata-se a centralização dos setores econômicos, político e administrativo, o que tornou o Brasil mais próximo de um país unificado.

E já em meados do ano de 1964, onde o poder estava em mãos militares houve um trabalho voltado para a abertura de estradas e comunicação, fatos que levaram em ambos os casos ao esquecimento do regionalismo (neste caso no sentido de região).

Essa ênfase à centralidade de um federalismo foi talvez sufocando os estados ao qual passaram a clamar por novas propostas e reformas, principalmente tributária a qual possa ser destinada uma maior parte para os estados.

Muitos estados enfraqueceram-se não só economicamente, mas também perderam sua identidade cultural durante esse período. Mas, houve na década de 1960 do século passado estados que reagiram contrários a esse processo e ressurgiram de maneira mais forte, como descreve Oliven (2006).

Entre essas identidades regionais está o Rio Grande do Sul, estado no qual está ocorrendo um forte ressurgimento da cultura gaúcha que nos anos setenta muitos achavam que estava desaparecendo. [...]. Considerando que o Rio Grande do Sul tornou-se um estado industrializado, em que a grande maioria da população é urbana, pensava-se que não haveria muito espaço para a figura rural e equestre do gaúcho. (OLIVEN, 2006, pp.10-11).

Com a industrialização e a modernização é comum haver novas formas de representação de identidade. Isso porque a identidade relaciona-se com a maneira de se expressar e expor-se diante de uma sociedade. Diante de tal democratização é comum aparecer através de novos grupos sociais estas identidades.

Hall (2006, p. 13), destaca que a Identidade está relacionada com a transformação na “modernidade tardia”, especificamente ao processo de mudança identificada como “globalização” e o “impacto sobre a Identidade cultural”. Portanto, observa-se que a sociedade transforma-se e, portanto surgem as novas identidades.

Desta maneira Oliven (2006), ainda coloca que neste contexto de expressões de novos ou atuais grupos, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, fortalece-se o gauchismo.

Porém, diante de diferentes expressões culturais, neste século XXI não podemos mais pensar que a identidade é um processo fixo e sem modificações. Pelo contrário a identidade cada vez mais se torna flexível e apta a transformações do que modificam o seu caminho forma-se, inclusive novas identidades.

Um colaborador deste processo é a globalização ou o mundo globalizado. A necessidade de compreender melhor o homem enquanto ser social permitiu esse novo entendimento, mesmo que complexo a definição de uma identidade é necessário deixá-la de maneira clara. Seguindo este pensamento Hall (2006) discursa:

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. [...]. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permante. (HALL, 2006, p.12).

As mudanças que estão ocorrendo, na identidade do sujeito, são entendidas como positivas, pois permite uma reflexão do próprio indivíduo e possibilita-o a integrar-se no grupo o qual tem maior identificação.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, há no seu contexto social várias percepções, mas identificam todas como gaúcha, mesmo estando distante de hábitos e costumes originados no campo.

É uma relação histórica que apesar das fragmentações e mudanças estão ligadas a todos os que nascem neste estado. Não há imposição, há um querer individual de cada sujeito.

Torna-se uma relação de pertencimento, apropriação recorrente da história do gaúcho, que constantemente resgata em sua memória o passado de lutas e conflitos desde o período da colonização.

Talvez o modo de vida dura, até hoje há trabalhadores que sustentam suas famílias com esse trabalho de conduzir tropas, lidar no campo com frio, chuva e geada atinja a todos de maneira que evoque um sentimento que sai do individual e transpasse para o coletivo.

2.1 A contribuição do índio para a cultura do gaúcho a partir da colonização do RS.

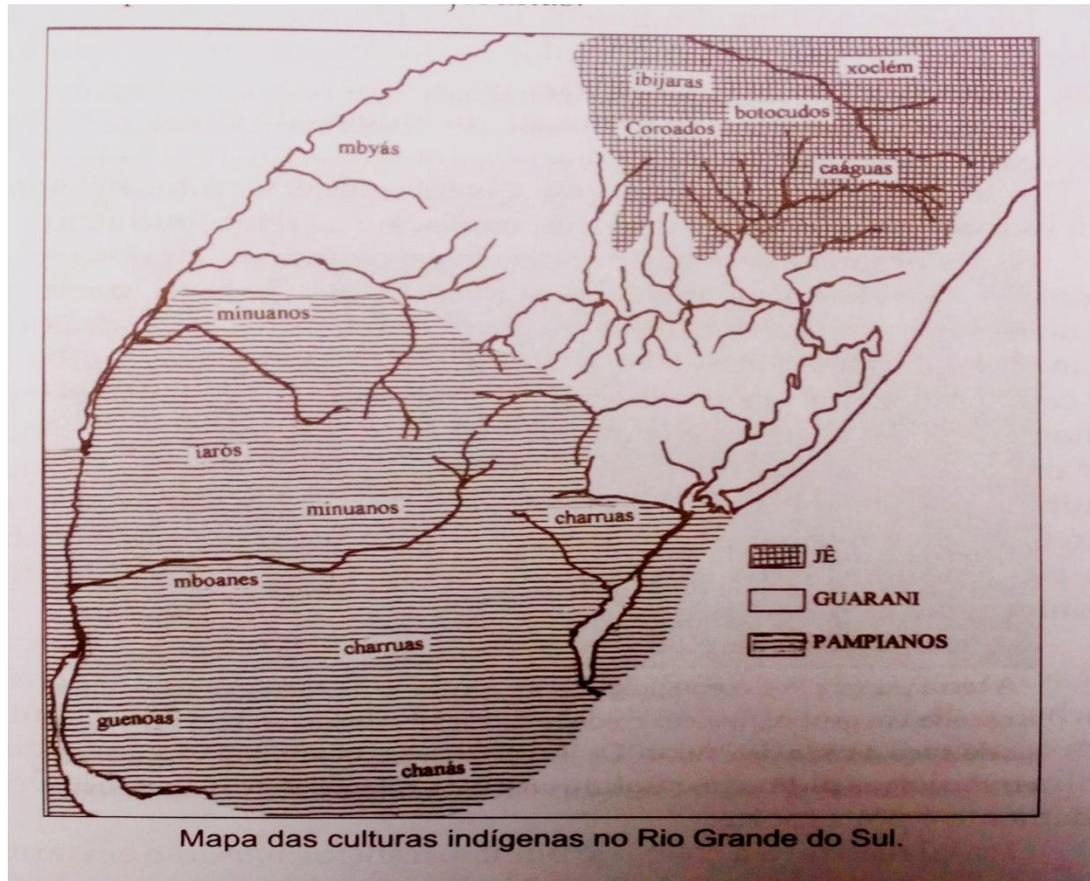
Para entendermos a cultura gaúcha, devemos conhecer seus elementos formadores, ou seja, os primeiros povos que habitaram essa região. Portanto, não é demais abordarmos a hipótese de que os primeiros habitantes do continente americano teriam vindo da Ásia através do Estreito de Bering.

Dando origem ao ameríndio, pelos deslocamentos desses homens primitivos em direção ao sul, atingindo as terras do Rio Grande do Sul. (PILLAR, et al,2009).

Esses homens primitivos teriam se deslocados em busca de alimentos e permanecidos no território do Rio Grande do Sul devido à riqueza da megafauna apresentada.

Para Flores (2013, p.13), “Os grupos indígenas jês, pampianos, e guaranis povoaram o Rio Grande do Sul antes da ocupação européia. Eram ágrafos e transmitiam suas tradições através de lendas, mitos e rituais religiosos [...]”.

Figura 3: Mapa das culturas indígenas do RS.



Fonte: FLORES, Moacyr. História do Rio Grande do Sul, 2013.

Os indígenas pertencentes ao grupo jês habitavam a parte norte-nordeste das terras rio-grandenses, e continham em sua área habitada, aproximadamente em torno de seis cabanas onde ocupavam mais de uma família por cabana. (FLORES, 2013).

A construção das cabanas baseava-se em cavar buracos no chão com certa profundidade e para a cobertura utilizavam galhos de árvores e principalmente folhas de palmeiras.

Formavam-se por clãs, a mulher podia escolher o seu parceiro para o casamento, conforme relações de parentesco. Opondo-se a essa escolha, após o seu parceiro poderia trocar ou emprestar-lhe por algo de seu interesse. Não eram aceitos adultérios.

Sua alimentação era dependente de uma agricultura rudimentar, coletavam pinhão para confecção de farinha, usufruíam-se do mel comunitariamente e dentre os itens plantados estavam à mandioca, abóbora e bata-doce.

Os pampeanos ocupavam a parte noroeste do estado até a parte do sudeste próximo a Lagoa dos Patos. Eram bravos caçadores e habilidosos coletores. Sua moradia era “tendas” cobertas com couro bovino, e instaladas próximos a banhados ou rios onde usufruíam das ofertas aquáticas.

Apenas quando havia uma guerra nomeavam um chefe do grupo. Usavam flechas, lanças, e boleadeiras, esta última era usada para abater aves aquáticas ou em pleno voo.

Geralmente vagavam de um lado a outro em busca de comida, pois não plantavam. Eram adeptos da poligamia, a mulher era trocada por qualquer outro pertence. Os homens usavam adornos em seu corpo como pinturas e plumas.

Esse grupo de indígenas pampianos foram os que mais sofreram mudanças culturais após a chegada dos colonizadores e a introdução do gado e do cavalo, dominaram o cavalo e se alimentando da carne bovina. O guarani, também denominado Tape devido ao caminho que ocupava entre o rioJaguari, Uruguai e Ibicuí.

Seu modo de viver diferenciava-se dos outros, pois moravam em aldeias com casas organizadas em círculos. Ao dormir deitava-se em redes, e tinham cerâmicas ou ¹porongos para guardar alimentos.

Adeptos da agricultura, sua prática era através de aberturas de matos por queimadas. Após o preparo do solo semeavam mandioca, feijão, amendoim, e algodão. A caça quando realizada era dividida entre os membros do grupo, faziam uso da ²erva-mate de frutas do mato.

Sobre os índios guarani ³Flores (2013) discursa o seguinte:

Os guaranis históricos desapareceram lentamente do Rio Grande do Sul, pelos ataques dos bandeirantes, pela guerra guaranítica, pela escravidão imposta pelo governo militar espanhol nas reduções, depois da expulsão dos jesuítas, pelo recrutamento militar e principalmente pela mestiçagem das mulheres mbyás com homens brancos. (FLORES, 2013, p. 22-23).

¹Porongos: Planta cucurbitácea (também chamada porongueiro), de cujos frutos se fazem cuias ou cabaças.

²Erva – mate também chamada mate ou congonha, é uma árvore da família das aquifoliáceas, originária da região subtropical da América do Sul. É consumida como chá (quente ou gelado), chimarrão ou tereré no Brasil, no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia e no Chile.

³ Para obter informações mais detalhadas de cada um dos povos indígenas você pode ler a obra de Moacyr Flores - Histórias do Rio Grande do Sul.

Após a metade do século XVIII, o desaparecimento e ou dispersão desses guaranis intensificou-se devido ao recrutamento destes pelos espanhóis e portugueses, durante a invasão dos Sete Povos para as formações das reduções.

Segundo (MENEZES, 2011, p.69), “Não se tratava apenas de um movimento de expansão da fé pela conquista espiritual do índio, mas também uma operação política confiada à Companhia de Jesus”.

2.2. A contribuição do homem branco à formação da cultura gaúcha

Os primeiros elementos que aqui chegaram foram os portugueses e os espanhóis. Eles disputaram o território de várias maneiras: por lutas armadas, por acordos e por ocupação das terras.

Quando eles aqui chegaram, o território era habitado por 100 a 150 mil indígenas, que utilizavam a natureza sem destruí-la ou prejudicá-la. Não poluíam as águas, não destruíam a vegetação, não extinguiam os animais.

Entretanto, com a chegada dos portugueses foram muitas as lutas deles no sentido de catequizar os índios, através dos padres jesuítas e também as fugas dos temíveis e violentos bandeirantes que cruzavam o país em busca de índios para o apresamento.

A partir desse período, começaram a chegar a terras do Rio Grande do Sul. Além de questões religiosas e políticas da ordem jesuíta, eles juntamente com os indígenas enfrentaram toda a dificuldade dos desbravamentos de terras inabitáveis desse novo território descoberto.

[...] O espaço em análise adquiriu, a um dado momento, interesse político, por parte dos colonizadores. Este espaço está compreendido numa vasta área de terras devolutas que permaneceu praticamente despovoada entre os séculos XVI e XVIII, e que veio a ser disputada somente no século XVIII. Os primeiros esforços de colonização foram feitos pelos espanhóis [...]. (PILLAR, et al, 2009, p.54).

Mesmo já estando em território rio-grandense, os jesuítas foram atacados pelas bandeiras, devido ao violento ataque optaram em deixar a vasta área do Tapes que ocupavam e ir à outra direção.

Deixaram vago o lugar, e este espaço logo foi abraçado por luso-brasileiros e que posteriormente fundaram a Colônia de Sacramento. (Não exatamente nessa

região do Tapes, pois a Colônia de Sacramento foi erguida a margem esquerda do Rio da Prata).

Ao passar de meio século de brigas e disputas, pelas bandeiras paulistas, volta os jesuítas, ainda que atentos aos luso-brasileiros, para terras do Tapes e passam a integrar as terras que hoje são conhecidas como Sete Povos das Missões.

Fazem parte dos sete povos das missões, as cidades de São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço do sul, São Borja, São Miguel e Santo Ângelo formam historicamente, área que abrange as reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul. Área que contribuiu enormemente para a formação histórico-cultural do estado.

No momento, em que começa haver presença de novos habitantes, geralmente de origem européia, a paisagem, assim como todo o ecossistema começa a sofrer transformações, não somente demográficas, mas também culturais, e políticas, fatos que jamais seriam comuns aos índios antes dessa “invasão”.

Mesmo tardia a colonização do Rio Grande do Sul, não se comparava ao restante do Brasil, porque esta parte da então colônia não se enquadrava economicamente, aos interesses da corte, uma vez que o foco era as riquezas minerais, ao adentrar em terras do sul, os europeus modificaram historicamente a vida desses habitantes.

Implantaram educação, política, cultura e religião, visavam uma sociedade dentro dos padrões do catolicismo. Os índios estavam sendo aculturados pelos padres jesuítas para se tornarem homens obedientes e potencialmente preparados para os trabalhos braçais.

Durante o processo de ocupação das terras rio-grandenses, os mais resistentes foram os índios Guarani, eles habitavam as terras onde foram ocupadas pelos jesuítas e alguns grupos não aceitavam as “regras” dos jesuítas, pois acreditavam que as imposições os aprisionariam e eles perderiam o que consideravam o bem mais importante de suas vidas, a liberdade.

Os jesuítas tornaram os índios cativos, impuseram a sua própria religião, desconsideraram toda a cultura indígena e condenavam a poligamia, prática comum entre os indígenas. Mesmo assim, esses índios criaram formas de sobrevivência e fuga das imposições dos jesuítas.

[...] os Guarani desenvolveram estratégias próprias que visavam não apenas a mera sobrevivência, mas, também, a permanente recriação de

sua identidade e de seu “modo de ser”, frente a condições progressivamente adversas. (MONTEIRO, 2006, p.475).

Segundo Pillar (2009), os índios da etnia **Chaná** ou **guaicurus** que viviam, na região sul e sudeste, foram os que mais influenciaram na formação do tipo gaúcho. É desta etnia os charruas e minuanos. Como discursa:

Os charruas, que ofereceram resistências à ocupação do colonizador europeu, eram hábeis, destemidos, possuíam cultura neolítica, alimentando-se de carnes de caça assadas no espeto (e assim nasceu o famoso *churrasco* gaúcho), e utilizavam indumentárias de couro. Esses nativos foram absorvidos pelo trabalho nas primeiras estancias de espanhóis e lusos, estabelecidos na campanha gaúcha; hábeis em montaria, o cavaleiro charrua passou a peão, o principal núcleo antropológico gaúcho. (PILLAR et al, 2009, p. 55 apud VIEIRA, 1985).

Os europeus admiravam a capacidade de trabalho do índio, mas por outro lado se espantavam com a falta de criatividade, incapacidade de mando e elevado grau de imaturidade. Além da força e habilidades com a música, o resto deixavam a desejar e os índios exigiam dos colonizadores grande dedicação para os tornarem aculturados.

Menezes (2011) cita em sua obra partes do diário de padre Antônio Sepp o qual relata sobre a vida e o trabalho diário que acontecia nas reduções. No caso do Padre Sepp, a redução é a de São João Batista.

As anotações de padre Antônio Sepp descrevem, desde as primeiras instalações das barracas ao chegar ao local deduzido e almejado até a distribuição dos trabalhos para os índios, plantações, abertura das matas, construção ou preservação das águas e a ordem dos acompanhamentos de missas e orações.

Após de haver eu explorado e inspecionado bem o lugar da nova colônia e de seus grandes cômodos, tornei à redução de São Miguel [...] Logo pus mãos à obra. Pedi a cada cacique, que, com os índios a si sujeitos, aprestasse os bois de arado, e que não faltasse o enxadão e a cunha e os machados: os bois para sulcar e amansar os campos, as cunhas para cortar e rachar lenha. Antes de efetuar a divisão do povo e, sobretudo, a transmigração das mulheres, julguei de primeira necessidade cultivar as terras, para que não viesse a faltar o alimento nem o vestuário. Distribuídas, pois, as terras, cada cacique com seus súditos pôs-se a cultivá-las e semeá-las. (MENEZES, 2011, p.132-137 *apud* SEPP, s/d).

Padre Antônio Sepp descreve em seu diário a vida na redução, desde a ordem que deu aos caciques da redução para direcionar os índios a coletar as madeiras e palhas para as construções das casas, descreve que a sua casa era igual à de todos sem nenhuma diferença.

De palha era o teto, de palha as paredes, de palha também a porta; nenhum resguardo contra o vento e a chuva. Uma acanhada abertura como de janela me alegrava com os raios de sol durante minhas leituras. Esse meu tugúrio servia de refeitório, dormitório e até de galinheiro. (MENEZES, 2011, pp.139 *apud* SEPP, s/d).

Além disso, descreve a administração da aldeia também no que se refere à separação de homens e mulheres, crianças e idosos dentro dessa redução. As tempestades que enfrentavam, assim como as chuvas torrenciais, e até as destruições das casas dos índios com fortes raios.

Além da cruz em madeira, que foi posta bem no alto das terras para marcar o território ao primeiro momento em que chegaram, SEPP (1943) informa sobre toda a arquitetura e localização das casas dentro da redução, inclusive a capela que ficava no centro.

Dentre os afazeres dos indígenas, estava cortar madeira, lavrar a terra e abrir matas, construir cercas, limpar o local onde houvesse o desmatamento, inclusive retirar os restos de folhas e galhos para que não apodrecesse e prejudicasse as árvores que permaneciam nas encostas.

Enfim, é notória a presença dessa herança indígena na vida dos gaúchos, principalmente no vocabulário, nomes principalmente de lugares, cidades e rios são os mais comuns e fáceis de identificarmos como, por exemplo: Tupanciretã, Quaraí, Jacuí, Tapes, Uruguai, Camaquã, Sapiranga, Iguaçu, Ipiranga, entre outros.

Nesse processo de expansão colonial, ficam claros os embates de culturas entre os indígenas e os colonizadores, apesar dos grupos étnicos, principalmente o guarani apresentar grande resistência como já foi mencionado.

Fato que se deve principalmente, a percepção desses índios aos acontecimentos de reuni-los em reduções, dentro de terras deles onde antes eram libertos, os jesuítas o dominaram principalmente por apresentar uma maior tecnologia e, portanto não os permitiam opções ao índio.

Porém, enquanto no Rio Grande do Sul os índios eram catequizados pelos jesuítas, o restante da Colônia sofria pela falta de mão-de-obra, principalmente para os trabalhos nos engenhos de cana de açúcar.

A falta de mão-de-obra escrava, no restante da colônia, fez com que os bandeirantes iniciassem seu percurso em direção ao sul em busca de índios já aculturados pelos jesuítas (padres da Cia de Jesus) com o objetivo de obter mão-de-obra escrava. Os primeiros bandeirantes a chegar ao estado foram no ano de 1636 conforme Menezes (2011).

A tranqüilidade estava com os dias contados. Chegaram ao Tape Bandeirantes e índios da etnia Tupi oriundos de Piratininga, com o objetivo de caçar índios, para serem vendidos como mão de obra escrava com destino as lavouras de São Paulo, capitania de São Vicente à época, e aos engenhos açucareiros do nordeste. [...] foi em novembro de 1636 que chegou a primeira bandeira. Com efetivo de 200 homens brancos 1500 índios Tupis, chefiada por Antônio Raposo Tavares. (MENEZES, 2011, p. 118).

Nessas estâncias, administradas por jesuítas e operacionalizadas por mão-de-obra indígena integrou-se costumes culturais, tanto da parte dos jesuítas como por parte dos indígenas iniciando assim uma formação de uma nova cultura, a do gaúcho.

Com a mistura dos conhecimentos intelectuais dos jesuítas e os conhecimentos manuais dos índios como, por exemplo, a doma dos animais, tecelagem, metalúrgica, pintura e escultura, agregaram-se a novas formas culturais para a formação de um novo sujeito o “gaúcho”.

As distribuições de terras ofertadas ou “Sesmarias” se deram no século XVIII, a oferta ocorria preferencialmente aos militares, pois estes militares além de proprietários se tornariam guardiões dessas terras uma vez que a Corte temia a novas invasões territoriais.

Já que as terras eram de grandes extensões e sem limitação alguma desta área, possuindo apenas parte das matas e os rios, como cercas naturais e estas não atacariam nem a fuga do gado, nem roubos ou invasões para o território estrangeiro.

Com a distribuição de sesmarias, tais proprietários começaram a criar novas estâncias com grande parte de mão-de-obra ofertada por então homens denominados “peões”.

A partir daí, iniciou a formação de grandes estâncias jesuítas a qual o índio tinha como seu trabalho principal os cuidados com o gado, e usava como meio de

trabalho o cavalo. Nesse período, também se formaram os primeiros tropeados e rodeios.

Peões eram homens já com experiências em lidas de gado, pois geralmente migravam de antigos bandos de tropeiros que se encontravam armados e faziam o serviço contrário ao atual, ou seja, roubavam criações anteriores, até mesmo os rebanhos da Vacaria del Mar. Pesavento(2002).

O recebimento de sesmarias, que continham terras “quase” infinitas e virgens, necessitou de velhas e novas habilidades braçais de tais homens que iriam desbravá-la.

As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas (cerca de 13000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época. (PESAVENTO, 2002, p.17).

Nesse momento, começa o desbravamento de terras por homens denominados tropeiros e ou peões, índios ou açorianos. Começa a grande formação do homem rio-grandense e sua cultura mais evidenciada que é a lida com a pecuária e com a lavoura, lapida-se historicamente, este atual sujeito social denominado gaúcho. (Ou homem do pampa).

O trabalho campeiro rio-grandense pode-se dizer que é também cultural, pois expressa a cultura do homem do pampa apresenta-se com lidas diárias como marcação, castração, laçadas de gados, e ainda construções de grandes e pequenas mangueiras e poteiros para cercar os animais quando necessários.

Nesses trabalhos violentos e braçais, destacavam-se os índios, além de sua força bruta possuíam grandes habilidades.

[...] no apêto o índio valia por muitos, era destorcido e sabia meter o cavalo ou atirar aquele laço, que não caía no chão, e mesmo as boleadeiras; e, de à cavalo não tinha hora, não sentia fome nem canseira. (GOMES, 1966, p.80).

E ainda:

O índio cruzou pelo meio do rodeio como anta corrida, dando pechadas em vacas, derrubando terneiros e trompaços e se foi lá cria, sem nem trocar de cavalo. Aquela atropelada foi grande surpresa, pois ninguém esperava que um cidadão pacato tivesse tanto arrôjo e dignidade. (GOMES, 1966, p.85).

A representação da ideia do homem do pampa, o gaúcho, ocorreu principalmente pelas suas atividades exercidas no campo. Por ordem do Padre Romero, superior das reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul trouxeram de Corrientes-Argentina, no ano de 1634, 1500 cabeças de gado para a atual cidade de São Miguel (redução próxima à margem do rio Ibicuí).

Os jesuítas também determinaram a vinda de animais como os eqüinos, fatos importantes que contribuíram para a construção do homem gaúcho. Começou então o adestramento desses animais para montaria e como meio de locomoção e trabalho.

Assim, a ligação do homem com as lidas do campo, se fortaleceu. O indivíduo que trabalhava com a pecuária que era um trabalho árduo e braçal, compartilhava do contado direto com a natureza, muitas vezes, selvagem que se descobria.

Devido a esse cotidiano de trabalho, criou-se um vínculo mesmo que subjetivo entre as partes, homem e natureza, contribuindo assim para a formação da cultura gaúcha.

Esta vivência do sujeito social, imaginário ou não, hoje já denominado gaúcho, que ao chegar a terras rio-grandenses deparou-se com o bioma pampa rico em fertilidade principalmente de alimentos, marcou a história com sua maneira de viver, seus métodos de trabalhos e estes se tornaram referências para a criação dessa *identidade gaúcha*.

A ligação do gaúcho com a natureza fica clara, nas suas representações culturais que, de alguma forma, demonstram como foi a sua evolução. (PANIÁGUA, 2013).

Considerando que o ser (homem) é produto do meio, esse biótipo gaúcho formou-se em nosso bioma pampa, cuja formação zoobotânica tem peculiaridades que contribuíram muito para representação cultural do gaúcho com características singulares.

Características que agregam valores como possuir um grande espírito guerreiro e sentimento de amor pela terra, como marcas que evidenciam os ancestrais indígenas.

O envolvimento com a natureza era direto, as lidas desses trabalhadores ligavam-se rotineiramente as paisagens oferecidas pelo bioma. A criação de gado

juntamente, com a formação das estâncias agregou outros trabalhos que igualmente eram realizados ao meio natural.

A maioria das atividades era realizada em campos abertos e/ou em matas semiabertas, mais conhecidas como “capões” ou ainda tais estâncias geralmente, ficavam bem situadas dentro das imensas terras, próximas a beiras de rios ou riachos o qual facilitava também os afazeres domésticos.

Essa intensa ligação do homem com a natureza permitiu um amor pelo trabalho que está destacada por todo o país e talvez pelo mundo.

A beleza natural apresentada pelos campos, à diversidade da fauna e da flora e farta existência de animais, neste bioma, ampliou as possibilidades dos habitantes gerando-se imensas possibilidades de trabalhos para utilizarem na sua sobrevivência.

O fato é que o homem que viveu e vive, no campo, enraizou-se nesse ambiente, a ponto de criar uma identificação própria que o diferencia de vários outros sujeitos por expressar não só a forte relação com as práticas de trabalho, mas também um sentimento de pertencimento deste espaço.

2.3 A contribuição do negro para a cultura do gaúcho a partir da colonização do RS.

Outro elemento fundamental para compreender a construção identitária do gaúcho que temos hoje é o negro que veio para essas terras gaúchas. Para entendermos, temos que nos reportar ao começo da escravidão no Brasil, iniciado no século XV.

Em 1441, os primeiros apanhados de negros foram na Guiné, todos de origem Africana, e eram tidos como infiéis e por isso submetido à escravidão dos brancos.

Eram vendidos como se fossem gados, pois recebiam marcações com ferros ardentes em seus corpos, geralmente em braços e nádegas e eram usados para todos os tipos de trabalhos braçais como verdadeiros animais, principalmente na lavoura e posteriormente nos engenhos de cana-de-açúcar.

A história nos mostra que houve escravidão, em toda a América, e se alastrou de uma maneira incontrolável. Em decorrência disso, ocorreu o aumento do tráfico de escravos. Esses vieram para serem escravizados em terras descobertas, inabitadas e virgens nas Américas.

A partir do desenvolvimento das máquinas e o avanço do comércio europeu, o escravo passou a ser substituído. Entretanto, o Brasil foi um dos últimos países onde isso ocorreu. Para Maestri (1993) o país superou a exploração do negro.

Foi no Brasil que a escravidão colonial alcançou o seu mais alto nível de desenvolvimento. Na América, fomos umas das primeiras nações a conhecer o escravismo e a última a aboli-lo. Dois terços de nosso passado transcorreram sob o marco da instituição negreira. O Brasil foi a nação americana que importou o maior número de africanos escravizados. Nossa economia escravista produziu a mais rica gama de mercadorias coloniais com a mão-de-obra servil: pau-brasil, açúcar, arroz, café, ouro, charque, etc. Praticamente não houve região do território que não tenha sido tocada pela escravidão. Os negros feitorizados foram empregados em infindáveis tarefas e trabalhos urbanos e rurais. (MAESTRI, 1993, p.19).

Durante o século XVI, houve um facilitador maior para que o negro chegasse ao destino em maior quantidade, pois se começa a usar em alto mar os barcos a vapor com capacidade máxima de até 1000 passageiros.

Dessa forma, chegavam aos punhados ao Brasil, ainda que muitos não sobrevivessem à viagem. Os negros destinados ao Brasil eram trocados por mercadorias de várias espécies, como exemplo: tecidos, armas, pólvora, metais, etc.

Os escravos africanos viajavam, em condições desumanas, nos porões dos navios, denominados navios negreiros. Estes recebiam a condição de mercadoria, ou seja, era o transporte de mão de obra escrava para o Brasil.

Em virtude da condição de mercadoria, em que eram submetidos os escravos não possuíam tratamento humano. Nessas viagens, estes eram algemados e maltratados, sem alimentos e sem direito ao descanso até que a embarcação atracasse no porto de sua origem, para serem comercializados.

O negro chegou a terras do atual território gaúcho, durante a fundação da Colônia de Sacramento. Mesmo a Colônia estando no outro lado do Rio Grande do Sul, se praticavam um intenso contrabando as margens do Rio do Prata.

Objetivam-se as minas de Potosi (Peru) e os couros do Pampa, e por isso acredita-se que nesse caminho, os negros atingissem terras do sul do Brasil. Mas, Maestri aponta a entrada nos negros no Rio Grande do Sul no início do século XVIII.

O escravo negro estabeleceu-se nos atuais territórios gaúchos antes do início da ocupação oficial do Sul (1737). Alguns dos paulistas e lagunenses que, a partir dos vinte anos do século 18, ocuparam os Campos de Viamão, devem ter trazidos consigo escravos negros. Por essa época, é igualmente provável que um ou outro cativo trabalhasse nas rudimentares

charqueadas do Estreito. [...] Ao contrário, são abundantes os indícios conhecidos confirmando a presença de trabalhadores negros feitorizados no sul, logo após a fundação de Rio Grande. (MAESTRI, 1993, p.27).

Ainda que no início, o negro não assumisse diretamente os trabalhos rurais, pois existia o índio já aculturado que dominava o trabalho da época, como as plantações e os cuidados com o gado para a produção de couro e charque.

Ficava para o negro desenvolver trabalhos de construções, estradas, fortes e os mais diversos serviços domésticos. Mas, isso mudou, quando a produção de charque elevou-se, a partir do ano 1780, passou-se então a usar com maior frequência a mão de obra do negro.

A formação de mais de 30 charqueadas, no atual território gaúcho, nessa época ocorreu devido a uma grande seca que aconteceu no nordeste, e por isso houve essa migração de área, o que fez com que a produção de charques, no Rio Grande do Sul, tornasse a força da economia rio-grandense. Maestri (1993).

O negro exercia papel principal nas grandes charqueadas, sua mão de obra era fundamental e atendia todas as atividades necessárias, inclusive as campeiros, mas, além disso, ter escravos também era sinal de status ao estancieiro.

Pode-se perceber como as terras sulinas eram habitadas por negros escravos, através de uma citação de Mario Maestri em sua obra "O escravo Gaúcho: resistência e trabalho".

A importância do trabalhador negro escravizado nos primeiros momentos da história do Brasil Meridional é sugerida pelo primeiro levantamento demográfico da população sulina que temos notícia (1780). Excluindo-se os nativos "bravios", os homens e mulheres cativos, naquele ano, constituíam 28% do total de habitantes do sul lusitano. Os indígenas aculturados, 19%; os "brancos", 53%. (MAESTRI, 1993, p. 29).

Com o alto percentual de escravos negros, o proprietário de terras não confiava muito no trabalho do negro, porque esse cativo não tinha habilidades com o cavalo, não sabia trabalhar na atividade pastoril, e ainda havia riscos de fuga. Mesmo assim, o negro sempre esteve presente nas fazendas sulinas.

Até o período de 1884, o negro desempenhou um papel importante na economia gaúcha. Ainda que não exercesse papel principal na atividade pastoril, havia propriedades com atividades agrícolas mercantis, e nesse momento, há o domínio do trabalho exercido pelo negro, pois este cativo exercia o trabalho e cuidava da terra.

Entre esses trabalhos estavam os cuidados das lavouras de trigo, milho, feijão e mandioca, principalmente a farinha de mandioca para o próprio consumo e ainda os serviços de cortes de lenha e carregamento de água, construções de cercas, inclusive as de pedras, assim como todo o trabalho, dentro da casa grande como já exposto em citação de Maestri (1993).

Mas o que destacou o negro escravo, no Rio Grande do Sul, foi sem dúvidas a sua participação nas charqueadas. A charqueada aconteceu, por mais de um século, e a principal mão de obra era a do negro.

Ele foi um agente direto na formação econômica do sul do país. Desde a chegada de Pinto Martins, no forte São Francisco, futuras instalações da Vila de Pelotas que a produção de charques se alastrou.

A vinda desse lusitano para o sul foi devido às grandes secas ocorridas, no nordeste a partir do ano de 1777. Na viagem, Pinto Martins trouxe consigo vários negros que deram início as grandes charqueadas.

O aumento dos pontos de charqueadas formavam imensas concentrações de negros escravizados, pois esse trabalho era essencialmente concretizado pela mão de obra escrava.

As condições de trabalho eram as piores imaginadas, altas horas de trabalho, ou seja, mais de 12 horas, além da violência sofrida e as condições precárias das senzalas.

Nas charqueadas, o trabalho consistia, basicamente em abater o animal em campo aberto, colocar partes dessa carne em fios erguidos para o descanso, e por fim começarem o salgamento da carne.

A herança do negro para o sujeito gaúcho, vai muito além da força de seu trabalho e a sua luta constante pela liberdade. Pode-se perceber no espírito, principalmente do homem do pampa, essas características de um passado não tão distante, mas visivelmente presente.

A formação do gaúcho começa, no momento em que o negro apresenta-se em terras rio-grandenses e luta diariamente pela sua sobrevivência e resiste até os dias em que se torna livre, liberdade essa tão preciosa para os gaúchos.

Ao se pensar em tantos serviços que os negros escravizados prestavam aqueles estancieiros, no período da escravidão, no Brasil Colonial, vê-se parte da força do cativo no agente social dos dias de hoje.

Pois, se sabe que negros, também eram capitães do mato, eram campeiros, e assim ensinaram às novas gerações a coragem de entrar, no mato, desbravando terras pampianas.

Além de uma constante luta pela sua libertação, desde a sua chegada à Colônia, o negro sempre manteve algumas manifestações culturais. Não há como não deixar marcas, em um estado que no período da colônia, no ano de 1780, representava um percentual de 30% dos habitantes das terras do estado rio-grandense.

A forte expressão de sua cultura aparece, mais na questão religiosa ou mais precisamente, na religião afro-brasileira onde deixaram como heranças o candomblé, umbanda, quimbanda e nação.

Na comida, também há heranças, pratos como o quibebe, o mocotó e a feijoada e que ainda hoje, estão presentes na culinária gaúcha, têm origem do negro no período do Brasil Colônia. Dessa forma, ficou intrinsecamente ligado à cultura do negro com a do gaúcho.

Num conceito mais simples, pode-se acreditar que a contribuição do negro para a colonização do Rio Grande do Sul começou com os bandeirantes paulistas que vinham de São Paulo, com verdadeiros exércitos disciplinados, compostos por índios, pardos, negros e brancos a fim de rebanhar índios, principalmente os “adestrados” das missões jesuíticas.

Muitas destas bandeiras deixavam, por vezes, senhores integrantes desse grupo no local onde aconteciam os ataques para que formassem novos núcleos e futuras aldeias, onde também ficavam escravos negros.

Através da miscigenação das raças dos índios, brancos e negros formou-se a diversidade de influências desde os costumes artísticos, gastronômicos, e idiomáticos.

Por fim, sabe-se que o estado do Rio Grande do Sul foi um dos últimos se não o último a querer e libertar o negro. Em 1884, já sendo iniciada a libertação, o estado continuou a escravizar aqueles que ainda resistiam, passando a então explorá-los por “salários” irrisórios, libertando-o somente e totalmente em 1888 com a lei Áurea.

2.4 A contribuição do português/açoriano para a cultura do gaúcho a partir da colonização do RS.

As terras do Rio Grande do Sul foram ocupadas lentamente, por várias razões como as questões geográficas e os povos indígenas. No século XVIII, além do atual território gaúcho, as terras de Laguna (SC) e o rio da Prata eram todos compreendidos como o continente do Rio Grande.

O continente de Rio Grande como era chamado na época, foi atacado pelos bandeirantes, e com isso os jesuítas responsáveis pelas reduções que já haviam se instalado, naquele período, e os índios que sobreviveram, julgaram necessário fugir mudando de lado do rio ao qual estavam habituados.

Nessa fuga, ficou o gado o qual eles criavam em suas reduções. Os animais que ficaram formaram a Vacaria do Mar, como já foi mencionado anteriormente, estes animais criaram-se e reproduzindo-se de modo selvagem.

Essa quantidade de animais que pastavam ao longo dos campos do pampa, estava sem “dono” e, portanto gerou interesse do português que passou a utilizá-los de maneira comercial.

Com a expansão de ouro em Minas Gerais, os portugueses viram nesses animais uma atividade de lucrativa. Vinham buscar, nos campos que continham o gado “vacum”, cavalos e mulas para o transporte de cargas, lá nas Gerais e também bois para alimentar os trabalhadores que por lá trabalhavam na extração do ouro.

Esses homens eram paulistas e lagunistas que desciam até as terras rio-grandenses e reuniam enormes quantidades de gado para vender, em São Paulo para mais tarde esses animais serem ocupados na zona de mineração.

Geralmente, viam em bandos e levavam grandes tropas de animais com o objetivo de prear esses animais que eram em sua maioria xucros.

Por levarem essas grandes tropas, eles ficaram conhecidos como tropeiros. Estes realizavam o trabalho de levar o gado do continente de Rio Grande para os grandes centros, independentemente de o uso ser para o abate ou para o transporte.

Na época, esses caminhos eram feitos em uma faixa que se estendia de Sacramento até Laguna, atravessando campos sem donos.

Para Pesavento (2002) o tropeiro era nesse período:

“[...] o tipo social por excelência [...]”. Este sujeito social contribuiu para o Rio Grande do Sul, pois “Esta fase do tropeio foi marcada pela abertura de vias de comunicação do Rio Grande do Sul com o restante do país [...] ao longo das viagens dos tropeiros”. (PESAVENTO, 2002, p.14).

Nesse processo de idas e vindas, vários portugueses que faziam o comércio das tropas viram, no negócio uma vantagem além do transporte desses animais, viram que dedicar-se a criação de gado, era também ou mais lucrativo e, portanto, foram ficando em terras gaúchas.

Entretanto, elevada frequência em que ocorria este “tráfico” de animais para a venda, provocou uma diminuição deles, sendo necessário então um foco maior na reprodução.

Com grande interesse a coroa começou a querer povoar estas terras, mas mais no sentido de guarnecê-las e por isso começou a distribuir terras a estes tropeiros e também a militares. Dessa maneira, ao povoar as terras o domínio luso fortalecia e o risco de invasão era menor.

A posição estratégica do Rio Grande do Sul faz com que ele seja visto como uma área limítrofe que estaria nas margens do Brasil e que poderia tanto fazer parte dele como de outros países dependendo do resultado das forças históricas em jogo. (OLIVEN, 2006, p.63).

Com isso, o português instalou-se em terras rio-grandenses. No decorrer do tempo histórico, o intenso comércio de animais, com destino principalmente para Minas Gerais decaiu. Houve então necessidade de se introduzir novas formas de economia.

Além do charque, iniciou a cultura do trigo nesse período, foi cultivado pelos casais de colonos açorianos que entraram no estado oriundo da ilha de Açores em Portugal.

Medida que foi adotada pela corte, pois lá a ilha era populosa e causava preocupação ao governo. Vieram para o Brasil com destino de povoar a parte sul da Colônia, nesse processo de deslocamento o governo luso prometeu terras às famílias.

Conforme Flores (2013, p.58), “[...] em maio de 1752 foram trazidos 106 casais para a ilha de Santa Catarina [...]”, e “[...] em 1754 foram enviados 70 casais para as Missões ou sete povos, ficando arranchados no Porto do Dorneles (Porto Alegre), Viamão, Rio Grande e Rio Pardo”.

Ainda conforme Flores, (2013) desde 1752, os açorianos já tinham em suas pequenas plantações, vários cereais como o trigo, centeio, milho, e arroz. Porém, o autor considera que há exageros por parte de outros autores sobre a influência dos açorianos no estado.

Uma vez que a quantidade desse fluxo foi pequena e ainda eram pobres, com pouca instrução e demoraram a receber as suas terras prometidas pela coroa.

[...]. Todavia, os “casais d’EL Rey”, uma vez chegados, espalharam-se irregularmente, ficando quase 20 anos sem receber as terras prometidas. Somente no governo de José Marcelino de Figueiredo (1764-1780) é que foram cumpridas as promessas da Coroa, concedendo-lhes uma data (372 hectares), a fim de que começassem, através de uma agricultura com base em mão-de-obra familiar, a suprir as necessidades de subsistência da colônia. (PESAVENTO, 2002, p.16).

Mesmo assim, em pequenas famílias açoritas pode-se observar também a sua contribuição na construção do atual sujeito social do Rio Grande do Sul, o gaúcho.

As contribuições dos portugueses foram inúmeras para a formação atual do estado. Podem-se destacar, na arquitetura, os modelos de casas com as portas e janelas em madeira trabalhada, geralmente construções erguidas lado a lado revestidas em partes com azulejos.

No transporte, utilizavam carroças, e em suas vestias usavam o chalé, peça que até hoje faz parte do traje da prenda.

Conforme Marques et.al (2004), originam-se também na questão religiosa a introdução feita pelos açorianos de festas como Divino Espírito Santo ou mais conhecida como festa do divino, Terno de Reis, Corpus Christi, etc.

Para Savaris (2012, p.45), “Talvez a maior contribuição cultural dos açorianos, para o gaúcho em formação, tenha sido o “novo” conceito de família. Até a chegada dos açorianos, o gaúcho, de forma em geral, não tinha na família a base nuclear da sociedade”.

Na culinária, estão pratos que até hoje fazem parte do cardápio diário do gaúcho, como a linguiça, e produtos que se produzem a partir da carne suína como a morcilha, o torresmo entre outros. Entre os doces estão o arroz de leite e o papo de anjo os mais comuns.

Na linguagem, é comum ouvirmos ainda em conversas entre familiares e amigos palavras de origem cultural dos açorianos, um pronome que é tido como um

registro da expressão cultura do habitante do Rio Grande do Sul que o pronome “tu” tem em origem açoriana. Mas Flores (2013) argumenta o seguinte:

É verdade que ainda existem alguns vestígios culturais açorianos como o uso dos termos obrigação (família), dona (senhora), brete (corredor estreito), peão (jornaleiro), flete (barco pequeno e ligeiro por cavalo rápido), costear o gado (costear o barco), mas isto não caracteriza a atual população que vive nos locais onde se fixaram os ilhéus como herdeiros e continuadores da cultura açoriana. (FLORES, 2013, p.59).

É inegável que houve, no passado, contribuições que estão representadas no presente e permanecerão no futuro, pois o pampa compreendido, também como um espaço geográfico foi ocupado e transformado por relações humanas.

Portanto, formou-se e organizou-se pelos acontecimentos históricos, sofrendo sim rupturas a partir de sua origem, mas que após as rupturas cria novas formas de expressão tanto cultural como religiosas ou políticas.

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE PAMPEANA ATRAVÉS DA ESCOLA

Quando se fala em sociedade pampeana, pensa-se em todos aqueles que habitam em áreas abrangidas pelo bioma pampa, ou seja, que habitam regiões da metade sul e regiões das missões do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o MMA (2016).

Nesse caso, ao se falar de sociedade, tratar-se-á daqueles que vivem no espaço que está compreendido e identificado como pertencente ao bioma pampa, compreende-se tal como áreas com limites, assim como cita Ross (2011) que “O espaço vital para a sobrevivência humana é claramente delimitado”.

É na escola que se terá um real entendimento sobre o homem, como um ser social e os espaços naturais que habitam. Esse entendimento que os educandos receberão da escola e que formará uma sociedade, seja de uma cidade de um estado ou de um país, refletirá no uso do espaço natural que ocupa.

Ross (2011) coloca em específico a preocupação que a geografia tem sobre os ensinamentos para a construção de uma sociedade em harmonia com a natureza a partir da educação:

É objeto de preocupação da Geografia de hoje conhecer cada dia mais o ambiente natural de sobrevivência do homem, bem como entender o comportamento das sociedades humanas, suas relações com a natureza e suas relações socioeconômicas e culturais. É portanto de interesse da Geografia apreender como cada sociedade humana estrutura e organiza o espaço físico-territorial em face das imposições do meio natural, de um lado, e da capacidade técnica, do poder econômico e dos valores socioculturais, de outro. (ROSS, 2011, p.16).

Conhecer o ambiente natural em que o indivíduo faz parte torna-o comprometido com as relações que irá proceder dentro daquele espaço. Toda vez que se constroem conhecimentos, e que a partir dele são possibilitadas certas reflexões e críticas construtivas permite-se a determinada sociedade uma defesa em prol de uma preservação do lugar que considera como seu habitat.

A instituição escolar desenvolverá processos de ensino e aprendizagem que permitirão ao aluno uma construção dos saberes, também sobre o seu cotidiano e o que está em seu meio. Por isso, julgam-se importantíssimos as escolhas de temas e abordagens que estarão focadas, durante o processo letivo de qualquer instituição

educacional.

Na descrição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ainda está em construção, há descrições sobre quais os temas que abrangem a área de Ciências Humanas a qual estuda a sociedade e a natureza.

As Ciências Humanas compõem um campo cognitivo dedicado aos estudos da existência humana e das intervenções sobre a vida, problematizando as relações sociais e de poder, os conhecimentos produzidos, as culturas e as suas normas, as políticas e as leis, as sociedades nos movimentos de seus diversos grupos, os tempos históricos, os espaços e as relações com a natureza. (BNCC, 2016, p.236).

O objetivo de apresentar a área de Ciências Humanas ao educando é muito clara, chama a atenção deste para conhecer e refletir sobre a existência humana, seus direitos, também mostra quais responsabilidades tem-se diante da natureza e se conscientiza sobre o futuro do planeta terra.

Entende-se, contudo, que a função da escola é essencial para abrir o caminho para a construção de uma sociedade esclarecida. Assim, a partir das ações das escolas, para com seus alunos é que se formarão indivíduos preocupados e conscientes que agirão de forma cuidadosa com o meio ambiente, preocupados com o presente, mas principalmente envolvidos com o futuro.

Conhecer o bioma pampa e/ou os biomas que compõem o estado do Rio Grande do Sul é tão importante quanto saber sobre os outros biomas como o da Caatinga ou Cerrado, pois cria certa identificação do aluno com o tema e assim agrega um maior interesse pela abordagem. Uma vez que esses educandos estão inseridos dentro do contexto histórico e social do bioma pampa.

Ao saber sobre as características e a importância do ambiente de que fazem parte despertará nos alunos o interesse por conhecer e ampliar seus estudos. Criando de uma forma automática certas comparações.

E isto já atenderia um objetivo mínimo da escola que é despertar o interesse do aluno para além do que foi transmitido, dentro de uma sala de aula, tornando-o assim um sujeito crítico e ativo perante os problemas que venha a enfrentar dentro e fora da escola.

3.1 O Bioma Pampa nos livros didáticos

Diante do uso de ferramentas tecnológicas, disponíveis para toda a sociedade, inclusive a escolar, o livro didático ainda é uma ferramenta usada pela maioria das escolas públicas do país.

Mesmo sem ocupar o mesmo destaque de tempos anteriores, onde era o elemento central da escola e dos professores, hoje se tornou apenas um apoio ou talvez um guia aos alunos e professores.

Com tantos tipos de recursos oferecidos como internet, filmes, impressões, mídias sociais, alunos e professores permanecem apoiados ao livro didático, como um recurso não esgotado, pois é este recurso que está ainda disponível de forma gratuita e igual aos educandos de toda a rede pública.

Não iremos nos deter sobre os processos de elaboração de um livro didático, mas sim o que ele aborda sobre esse tema em estudo, uma vez que se percebeu que ele é no mínimo o ponto de partida para o processo de aprendizagem.

Neste capítulo, apontar-se-á um olhar específico para os livros didáticos do componente curricular de Ciências Humanas, a geografia.

Procurou-se visualizar e analisar, nesses livros, as formas que apresentam e se apresentam conceitos fundamentais sobre o bioma pampa e suas características específicas como: a paisagem, o espaço, a natureza, o relevo, o clima. Particularidades necessárias à compreensão e interpretação do aluno dentro do espaço geográfico que está inserido.

Por ser o livro didático o ponto de partida para apresentar ao aluno o tema em que se abordará em sala de aula, considera-se então o livro didático muito relevante para se iniciar grandes discussões e leituras para que se torne um objeto de estudo mais amplo.

A partir dele, o aluno tomará conhecimento do assunto ainda que em um grau mínimo, mas que permitirá uma investigação mais abrangente guiado por uma proposta metodológica construtiva apresentada pelo docente.

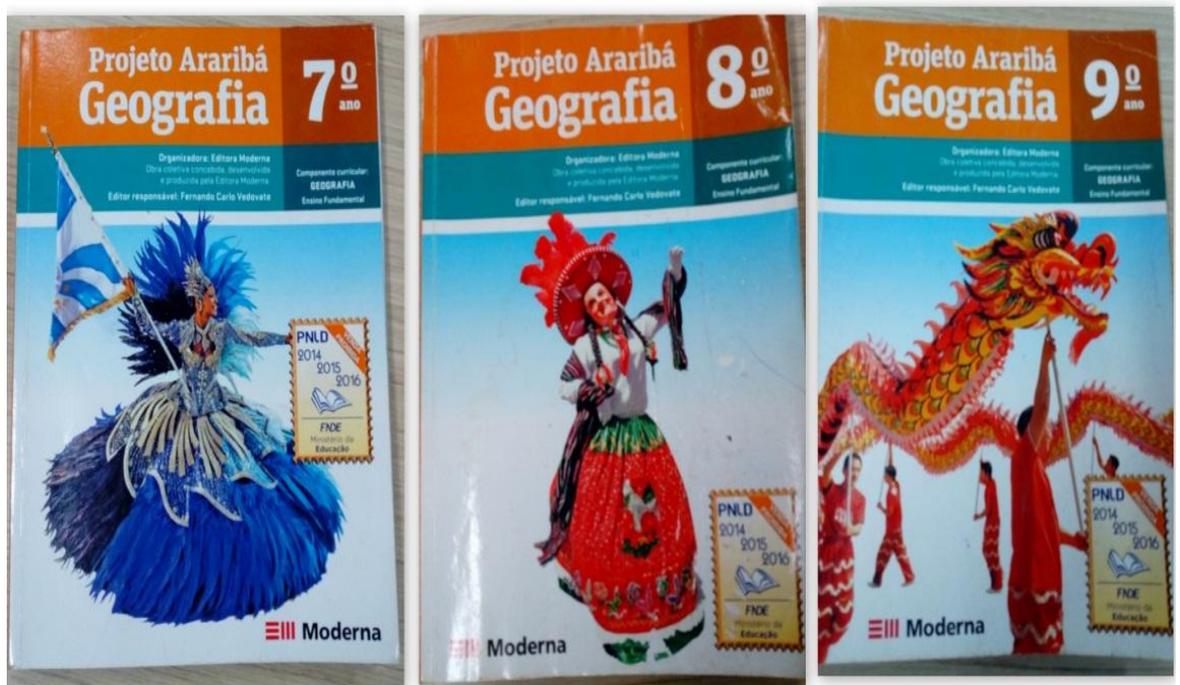
Nesse sentido, Castellar (2003) afirma que:

Pensamos que o uso do livro didático deveria ser um ponto de apoio da aula para que o professor pudesse, a partir dele, ampliar os conteúdos, acrescentando outros textos e atividades e, dessa forma, não o transformando no objetivo principal da aula. (CASTELLAR, 2003, p.4).

A partir dessa constatação, de que o livro didático é o material mais utilizado em sala de aula, surgiu o interesse de verificar se há informações sobre o bioma pampa e como elas são apresentadas aos alunos a partir do livro didático, e com isso se atentar ao conteúdo apresentado nesse material e a realidade vivenciada pelo aluno.

Os livros analisados pertencem ao Projeto Araribá e foram editados nos anos de 2010, e 2013, e contemplam as séries finais do ensino fundamental (7º, 8º e 9º) anos e os três anos do ensino médio, respectivamente. Conforme a imagem abaixo:

Figura 4: Capa do livro didático de geografia 7º, 8º e 9º anos.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Os seus sumários apresentavam os seguintes temas, conforme imagem a baixo:

Figura 5: Sumário dos livros didáticos

UNIDADE 7 REGIÃO SUL 166	UNIDADE 8 O BRASIL 194	UNIDADE 2 GLOBALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÕES MUNDIAIS 36
TEMA 1 – Aspectos físicos da Região Sul 168 Apresentação, 168 - O relevo e a rede hidrográfica da Região Sul, 169	TEMA 1 – Política externa brasileira 196 O que é geopolítica?, 196	TEMA 1 – A globalização e seus efeitos 38 O que significa, afinal, globalização?, 38 - As fases da globalização, 38 - Globalização e crise, 40 - Globalização, cultura e sociedade de consumo, 40
TEMA 2 – A ocupação e a organização do espaço sulista 170 A expansão da ocupação na Região Sul, 170 - A imigração consolidou a ocupação, 172	TEMA 2 – Brasil: potência regional 198 As relações políticas e econômicas com os vizinhos sul-americanos, 198 - Os projetos do Brasil para os vizinhos, 199	TEMA 2 – Globalização e meio ambiente 42 Problemas ambientais do século XXI, 42 - Conferências mundiais e meio ambiente, 44
Atividades – Temas 1 e 2 174 • Lugares interessantes – Ilha do Mel, 175	Atividades – Temas 1 e 2 200 • Saiba mais – Nos tempos de Rio Branco, 201	Atividades – Temas 1 e 2 46 • Saiba mais – A escassez do “ouro azul”, 47
TEMA 3 – A população da Região Sul 176 Aspectos da população do Sul, 176 - Indicadores sociais da Região Sul, 177	TEMA 3 – O Brasil e as organizações internacionais 202 A preferência pelo Mercosul, 202 - O Brasil e a Alca, 202 - O Brasil e a ONU, 203 - O Brasil na OMC, 204 - O Brasil no Brics, 205	TEMA 3 – Globalização e organizações econômicas 48 Principais blocos econômicos, 48 - Blocos regionais e interesses nacionais, 49
TEMA 4 – A economia da Região Sul 178 Características gerais da economia sulista, 178 - A pecuária, 178 - A agricultura, 179 - O extrativismo, 179 - A industrialização, 180 - As atividades terciárias, 181	TEMA 4 – O Brasil no mundo globalizado 206 A globalização da economia brasileira, 206	TEMA 4 – Globalização e direitos humanos 50 O que são os direitos humanos?, 50 - A ONU: pela paz, segurança e cooperação, 52
Atividades – Temas 1 a 4 182 Representações gráficas – Relevo: perfil topográfico 184 Compreender um texto – O potencial da Serra Gaúcha 186	Atividades – Temas 2 a 4 208 Representações gráficas – Símbolos Nacionais 210 Compreender um texto – A nova política externa brasileira 212	Atividades – Temas 1 a 4 56 Representações gráficas – Projeções cartográficas 58 Compreender um texto – Direito de ser pessoa 60
UNIDADE 8 REGIÃO CENTRO-OESTE 188	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 214	

Fonte: Arquivo pessoal do autor

No livro didático do 7º ano, há uma maior aproximação sobre as informações do Rio Grande do Sul, pois neste ano trabalha-se com as características da paisagem, da economia e da população de cada região do país separadamente, como fica explícito no sumário.

O tema começa com um parágrafo introdutório, sobre as características dos “quadros” natural e humano da região. Cita-se o seguinte como abertura do tema:

O clima subtropical - com frequentes geadas durante o inverno em determinadas áreas-, a presença da Mata de Araucária, a Campanha Gaúcha com seus campos naturais, as formações lacustres do Rio Grande do Sul [...].(VEDOVATE, 2010, p. 167).

Na sequência da abordagem, o livro apresenta a região sul, os três estados como membros integrantes deste tema que são Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

Ao discriminar para o leitor sobre os aspectos físicos da região, destacamos o seguinte: “Originalmente, essas terras eram marcadas pela presença de grandes elevações de terreno cobertas por florestas, sendo a Mata de Araucária formação florestal predominante na região”. VEDOVATE (2010, p.168).

Ao relatar sobre as características do extremo sul, no caso o Rio Grande do Sul, o autor discursa apenas o seguinte:

No extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, também é grande o impacto das atividades agropecuárias sobre a vegetação rasteira predominante nesse espaço, denominada Campos. Os Campos são formações herbáceas, principalmente gramíneas, que recobrem os pampas gaúchos, região de planícies na confluência do Rio Grande do Sul, no Brasil, com a Argentina e o Uruguai". (VEDOVATE, 2010, p. 169).

Sobre o relevo, o material descreve a Região Sul coberta por área de planaltos e rica em hidrografia, onde os maiores rios correm em direção a Bacia Platina, destaques para a bacia do Paraná e do Uruguai.

No livro didático do 8º ano, não há uma temática direcionada ao estudo de ecossistemas de qualquer parte do planeta, porém se trabalha sobre o Brasil as questões ligadas à geopolítica do país e como se organiza internacionalmente diante dos outros países.

Nesse caso, mesmo havendo profundas ligações da geopolítica com os espaços físicos e limites geográficos de cada região ou país, não há descrições sobre qualquer espaço geográfico do Brasil, independente de possuir recursos valiosos como os minerais ou energéticos.

Ao verificar o material didático do 9º ano certifica-se que os estudos estão voltados para a globalização e os problemas ambientais que acontecem em decorrência desse tipo de sistema.

Na abordagem sobre os problemas ambientais, o tema central é a escassez da água. Além de trazer também discussões, como o aquecimento global, o conteúdo trabalha de uma maneira generalizada, sem especificações mais detalhadas, sobre qualquer parte do mundo, quando cita o Brasil o faz, apenas sobre as Conferências Rio-92 e Rio + 10.

Nessas conferências, são colocados os acordos assumidos em cada um, onde na primeira conferencia citada foram destacados alguns acordos sobre a biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas.

A segunda Conferência Rio + 10 tinha o intuito de analisar os acordos do primeiro encontro, onde houve frustrações, pois mais uma vez ficou claro que os interesses econômicos são os que dominam o mundo e não os interesses sobre o meio ambiente e sua preservação.

Pela abordagem que o livro didático traz sobre o 7º ano, compreende-se que o conteúdo indicado apresenta-se de maneira generalizada sobre a região sul, deixa de trabalhar individualmente cada estado pertencente a tal região definida.

Nesse caso, para o docente ampliar com maiores detalhes ao menos a região do extremo sul, a qual os alunos estão inseridos e por isso surgir um maior interesse de informações por identificarem-se com a região, sugere-se fazer um recorte e trabalhar um pouco mais sobre essa área.

A proposta só terá fundamento se o docente tiver um olhar mais direcionado e atento para detectar as poucas informações que são apresentadas, no livro didático sobre a região, nesse caso o Rio Grande do Sul.

Fica clara na apresentação do livro, referindo-se “Região Sul” que esclarece aos leitores maiores informações e atenções direcionando-os para o estado do Paraná (PR), inclusive dá ênfase, na parte hidrográfica, ao citar o Rio Iguaçu e a formação das Cataratas do Iguaçu.

Não se descaracteriza as particularidades, do estado do Paraná, que são muitas, sente-se, no entanto, a falta de referências sobre as características rio-grandenses, como por exemplo, a área de abrangência do bioma pampa e as suas características ímpares.

São com certeza bem mais que “campos formados por gramíneas”. Ab’Saber (2003) relata o seguinte sobre a região do Rio Grande do Sul:

A região é altamente beneficiada por cenários naturais. Trata-se, talvez, da mais bela área de colinas do território brasileiro. A Campanha é uma espécie de “país” de horizontes distendidos e desdobrados, a perder de vista na direção das fronteiras “castelhanas” do Uruguai e da Argentina. Destacam-se os tons de verdáceos claros, em todos os planos e níveis da topografia das coxilhas. Enquanto que os “cerros”, que emolduram alguns setores do horizonte - na forma de cristais ou de baixas escarpas assimétricas (Caverá, Santana) ou constituindo a silhueta isolada de alguns morros-testemunho- quebram a monotonia das paisagens que se repetem. (AB’SABER, 2003, p. 22).

É claro que além de indiscutível conhecimento do autor sobre a região, ele expõe os relatos nessa citação talvez de uma maneira mais “poética”, porém ficou nítido que seria necessário para o educando pertencente a esta região maiores esclarecimentos sobre as características fito fisionômicas dessa região.

Para que a partir do conhecimento mais profundo da sua paisagem, o aluno possa fazer comparações e reflexões sobre outros biomas apresentadas no país.

Nas apresentações dos temas para o 8º ano, onde as questões temáticas são direcionadas a geopolítica do país, as preferências abordadas são direcionadas aos acordos políticos econômicos do Brasil com outros países e/ou organizações mundiais como, por exemplo, a ONU (Organização das Nações Unidas).

No entanto, considera-se que a geopolítica trata das disputas de poder, no espaço mundial, conceito defendido por Ratzel⁴ (séc.XIX), onde ele afirma que as disputas políticas externas são nada mais que a busca pela valorização e permanência do seu próprio território.

O livro didático não aborda questões sobre o território no que se refere a limitações, ou locais com grandes recursos minerais ou hidrográficos.

Percebe-se então a ausência desta abordagem, pois o que disponibiliza-se, no livro didático é apenas ao que se refere à parte das práticas, ou melhor, os “lados” políticos que o país toma para com as outras grandes potências, como citado pelo próprio livro o país estadunidense.

Desconsidera-se a descrição sobre os limites territoriais e as características. Isso em relação a qualquer estado, inclusive no que se refere ao estado do Rio Grande do Sul que possui três grandes fronteiras territoriais. Essas fronteiras são estabelecidas com a Argentina, Paraguai e Uruguai. .

Os temas sugeridos para o 9º ano apresentados, na unidade dois do livro didático são voltados para a globalização. Como subtema, o capítulo traz a Globalização e o meio ambiente.

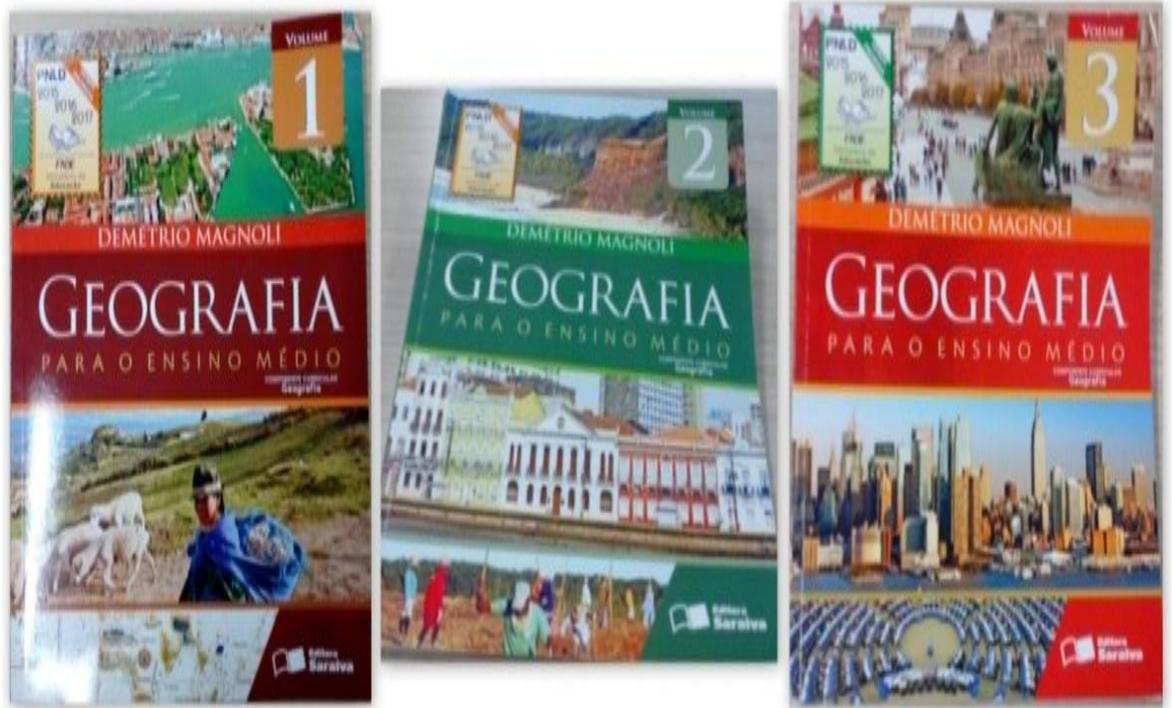
A maior preocupação do capítulo é o problema mundial da água e o efeito estufa. Novamente a abordagem é mundial, não coloca a questão local para o aluno, não há possibilidades de nenhuma escola trabalhar a partir do livro didático uma questão regional e/ou local. A iniciativa novamente deverá partir da escola ou do docente.

O docente terá que situar o educando, deixa-o que saia de uma reflexão “macro” para um “micro” colocando-o de frente para com a sua realidade, pois dessa forma ele poderá pensar a partir da sua experiência, tornando-se crítico de um problema centralizador no planeta em que vivemos.

⁴Algumas considerações sobre o pensamento de Friedrich Ratzel podem ser encontradas na obra de MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 2003.

Os livros analisados que contemplam os três anos do ensino médio são de autoria de Demétrio Magnoli e editados pela editora Saraiva. Conforme imagem abaixo.

Figura 6: Capas dos livros de Geografia do ensino médio.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Seus sumários apresentam o seguinte:

Figura 7: Sumário dos livros didáticos.

The image shows three pages of a didactic book's table of contents. The first page is the 'SUMÁRIO' (Table of Contents) for the first part of the book, listing chapters from 'INTRODUÇÃO' to 'CAPÍTULO 6: TIPO'. The second page is the 'SUMÁRIO' for the second part, listing chapters from 'CAPÍTULO 7: DINA' to 'CAPÍTULO 10: O ESPAÇO DAS'. The third page is the 'SUMÁRIO' for the third part, listing chapters from 'CAPÍTULO 11: O SISTEMA MUNDIAL' to 'CAPÍTULO 16: UNIÃO EUROPEIA, O PROJETO DA'. The pages are arranged side-by-side, showing the structure of the book's content.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Ao se tratar sobre as abordagens dos temas, o livro do 1º ano do ensino médio traz em uma de suas unidades as questões das paisagens e os domínios naturais.

Conforme o livro didático, entende-se por domínios naturais a “abrangência de paisagens vegetais apresentadas e distribuídas pelas terras emersas do planeta, geralmente influenciadas pelas condições climáticas”.

Nesta unidade temática, são disponibilizados aos alunos os tipos de florestas formadas em todo o globo. Não há informações sobre limites regionais de cada floresta, pelo contrário são descritas pelas suas características paisagísticas e onde são encontradas de uma forma geral.

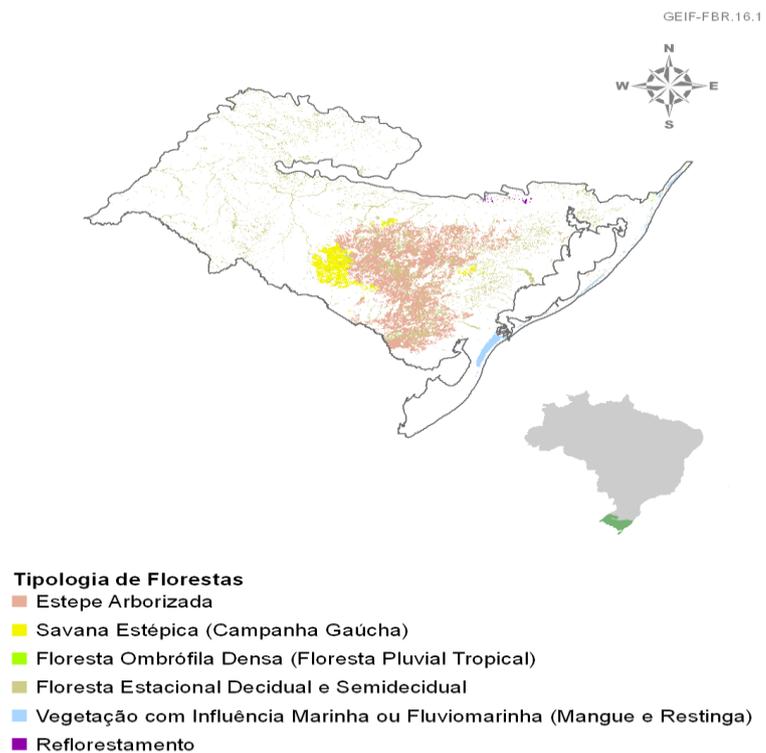
Por exemplo, quando o livro aborda sobre a floresta tropical há mais informações sobre o tipo e como se apresenta esta floresta, os benefícios que a contemplam e as suas riquezas no que diz respeito também à fauna e a flora, portanto não há um indicativo específico sobre a Floresta Amazônica no Brasil.

Neste caso, como sugestão de outros conteúdos possíveis a serem trabalhados nesta temática seriam a introdução dos biomas brasileiros e suas florestas.

Trazer para uma discussão regional seria importante, para que todos os alunos do Rio Grande do Sul e, especificamente, aos que pertencem ao bioma pampa, soubessem a tipologia de florestas que se encontram dentro da área do pampa.

Acredita-se que desta forma, possibilitaria ao aluno uma maior identificação dele com o tema, já que a discussão encontra-se próximo a sua realidade. Para exemplificar melhor a amplitude da sugestão apresenta-se o mapa representativo destas tipologias.

Figura 8: Mapa representativo das florestas do Bioma Pampa



Fonte dos dados: MMA (2009).

Fonte: SNIF- Sistema Nacional de Informações de Florestas

Já nas abordagens que o livro didático traz sobre questões a se trabalhar no segundo ano de ensino médio, também de mesmo autor e editora, do componente de geografia, percebe-se que os temas são direcionados ao Brasil numa perspectiva das identidades paisagísticas de cada bioma. São tratados questões sobre domínios morfoclimáticos específicos de cada região.

O território brasileiro é detentor de um grande patrimônio ambiental e por isso geograficamente diversificado. A forma que se apresentam o relevo, o clima, o solo, a hidrografia, a fauna e a flora são elementos que compõem as características desse domínio paisagístico de determinada região e por isso diverso.

O livro esboça todas as seis características existentes no Brasil e, portanto, proporciona ao educador a regionalização da temática direcionando ao tratar sobre os “Domínios Subtropicais”. Na apresentação do título, o material expõe apenas o seguinte:

O domínio das pradarias abrange cerca de 80 mil quilômetros quadrados e corresponde, genericamente, à chamada Campanha Gaúcha. A região exibe relevo suavemente ondulado, na forma de colinas conhecidas como “coxilhas”. As colinas são recobertas por vegetação campestre. Nos topos mais planos forma-se um tapete herbáceo ralo e pobre em espécies; nas encostas, a vegetação se torna mais densa e diversificada, enquanto ocorrem finos cordões de mata de galeria nos vales. (MAGNOLI, 2013, p.58).

Nesse caso, o tema possibilita diretamente ao docente um trabalho bem direcionado para a região em que se encontram, as possibilidades são imensas de apresentar ao aluno a sua realidade sobre as características da sua região.

As questões a serem ampliadas e ou levantadas são claramente sobre as características morfoclimáticas do pampa, pode-se trabalhar para que o aluno reconheça a existência dessas características que o pampa possui.

E com isso relacionar as questões históricas do Rio Grande do Sul, como os motivos que levaram a colonização portuguesa e ou ainda, anteriormente a isso, as disputas entre Espanha e Portugal pelo território.

Ainda há razões para se trabalhar as questões econômicas, onde o estado é possuidor de uma economia agrícola, assim como também os pontos turísticos, os quais se encontram com características acentuadas exaltando a exuberância dessas paisagens sobre o restante do Estado.

Contudo, não se trata de deixar de lado os estudos sobre os domínios morfoclimáticos das outras regiões que abrangem o país, porém problematizar o pampa de uma maneira mais ampla para que haja uma identificação do aluno ao tema.

Mostra-se assim, que o estado gaúcho também é possuidor de um patrimônio ambiental e que nele estão representadas várias simbologias da cultura rio-grandense.

É inquestionável a diversificação apresentada por cada um dos domínios e, portanto, torna-se rico e complexo. Conforme AB'Sáber (2003):

De qualquer forma, é preciso reconhecer que cada domínio de natureza no Brasil possui a sua própria característica família de ecossistemas com base em um deles extensivamente predominante. Razão pela qual existe sempre um ar de família inconfundível em cada um dos grandes domínios paisagísticos que marcaram a paradisíaca tropicalidade brasileira. (AB'SABER, 2003, p. 139).

AB'Sáber (2003, p.139) conclui que “todos os grandes domínios de natureza, intertropicais e subtropicais brasileiros, possuem ecossistemas marcadamente predominantes”. Dessa forma, cada um possui, por exemplo, uma vegetação, um clima entre outros, e que se distingue, é necessário conhecer um pouco de cada um.

Por fim, ao manusearmos o livro didático do 3º ano do ensino médio, seu sumário composto por 12 capítulos, contempla o Sistema Mundial e as grandes potências.

Dentro das unidades, são apresentados temas como: Estados Unidos a Hiperpotência, Japão e os Tigres Asiáticos, a China e a Globalização, o Oriente Médio e o Mundo Árabe entre outros.

Considerações sobre o Brasil são destacadas, no capítulo cinco, que dispõe sobre o seguinte: Geopolítica da América Latina, e como um dos subcapítulos traz a abordagem sobre o Brasil e o sistema internacional.

Nessa unidade, percebe-se que o enfoque é direcionado aos acordos políticos que envolvem países latinos americanos como, por exemplo, o MERCOSUL e também questões de independências das Américas, cujo um dos maiores idealizadores foi Simon Bolívar.

Nesse caso, diferentemente de todos os outros anos não há indicativos para se trabalhar questões ambientais e/ou biomas, pois a tratativa é mais política. O

aluno é direcionado a conhecer as questões de formações das independências das Américas e nações políticas.

Aqui cabe apenas ressaltar a importância que o docente deve dar sobre as Independências das Américas, pois muito se ensina, por exemplo, sobre a história da Europa, e pouco se fala nas lutas para um processo de libertação dos países, principalmente latinos. Conforme Pozo (2009):

A Independência constitui-se um fato crucial na história latino-americana. Ela não só representou uma mudança política fundamental, como o fim de uma situação colonial e o nascimento de estados independentes [...]. [...]: exceto certos territórios todas as colônias se separam das respectivas metrópoles [...]. (POZO, 2009, p.13).

O que se sugere é que primeiro o aluno saiba sobre a sua história, de uma maneira mais regional e ou local, para após ampliar seus conhecimentos para outras partes do mundo sobre questões gerais, não só políticas e econômicas, mas também ambientais e socioculturais.

Entende-se que o livro didático desempenha grandes funções para a realização do processo de ensino aprendizagem. Atualmente, as questões abordadas pelos livros didáticos são direcionadas, também as questões sociais, culturais, o respeito ao outro, o comportamento social e com isso permite uma amplitude sobre o tema e várias possibilidades de problematizá-las.

Considera-se a análise feita dos livros didáticos, o que se acredita é no processo mediador do docente e a forma que irá abordar metodologicamente os conteúdos.

Ou seja, a atitude teórico-metodológicas que irá acontecer do professor e sua percepção de encaminhar o assunto a processos que traduzem uma realidade cotidiana mais próxima do aluno, assim numa tentativa de despertar um maior interesse desse discente a proposta apresentada.

O desenvolvimento de ações pedagógicas para consolidar conceitos importantes de Geografia, como o Bioma Pampa assumirá uma educação libertadora que visa um processo de formação autônoma e reflexiva do aluno a partir de sua realidade vivenciada deixando assim o de ser o livro didático como o único recurso.

3.2 O pampa no currículo escolar: o caso da Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário

Uma análise do currículo escolar aconteceu na Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário sobre um olhar específico para o componente curricular pertencente a Ciências Humanas, a geografia.

A escola está situada na Rua Eurico Batista da Silva, n. 1353 no Município de São Borja, localizada entre dois bairros da cidade de São Borja que são os bairros Bettim e o Paraboi. Possuem em seu quadro de funcionários 45 professores, 14 funcionários operacionais.

Atende uma demanda média de aproximadamente 741 alunos divididos em três turnos, distribuídos em Educação infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização e Pós Alfabetização. Atualmente, a escola possui como Diretora a Sr.^a Silvana Catarina Ourique Gayer, como vice-diretora do turno da manhã a Sr.^a Lisiane Silva Batista.

A Escola Estadual de Ensino Médio Tricentenário tem como filosofia buscar a construção de uma educação solidária, de qualidade e inclusiva para todos os segmentos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Propõe uma escola voltada para a formação de cidadãos capazes de analisar, decidir, planejar e expor suas próprias ideias e ouvir as dos outros, participando efetivamente da sociedade que estão inseridos.

A visão da escola é priorizar uma vida digna, de qualidade e de acordo com o seu tempo buscando resultados para os anseios da comunidade escolar que está inserida.

Ela busca a partir da bagagem cultural do aluno, formar cidadãos reflexivos dentro dos valores éticos e morais, para que possam dentro da sociedade em que vivem interagir e firmar compromissos para a vida além da escola.

Sua missão é ser uma escola de qualidade, que desenvolva potencialidades, sintonizada com a comunidade em que está inserida. Como se sabe a escola busca através da organização de seu projeto político pedagógico desenvolver esses aspectos.

Entretanto, em virtude de várias questões que se desencadeiam no contexto do processo de ensino aprendizagem esses objetivos não são por vezes atingidos em sua totalidade.

Mesmo diante de todas as dificuldades que permeiam a educação pública, a escola busca desenvolver valores construídos à base da afetividade, ética, comprometimento, competência, atitude, responsabilidade, e respeito pela diversidade e pela natureza.

Guiada por esses valores a escola procura proporcionar ao aluno o autodesenvolvimento como ser humano, preparando-os para o pleno exercício de cidadão e possibilitando meios para que progridam tanto no trabalho como na vida acadêmica.

A análise foi direcionada ao Plano de Estudo do Ensino Médio Politécnico, e, portanto apresenta uma relação de “conteúdos” a serem trabalhados nos três anos do ensino médio politécnico.

A estrutura curricular da escola Tricentenário para o Curso de Ensino Médio Politécnico tem duração de três anos como já foi falado e contém uma carga horária total de 3000h, divididos 1000h para cada ano, durante 200 dias de ano letivo.

Conforme, a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio- 2011-2014, do Estado do Rio Grande do Sul, define-se da seguinte forma:

Tem em sua concepção a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania. (PPEMP, RS).

Ao adotar esta proposta a escola assumirá também a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares para objetivar o desenvolvimento do aluno na construção como cidadão consciente de seus direitos e deveres.

É uma ponte de possibilidades para o enfrentamento do mercado de trabalho futuro que o aluno terá, mas também como um dos principais propósitos guiar o aluno para continuação dos estudos. Ainda conforme a Proposta Pedagógica do Ensino Médio Politécnico, RS -2011-2014 temos:

[...], o Ensino Médio Politécnico, embora não profissionalize, deve estar enraizado no mundo do trabalho e das relações sociais, de modo a promover a formação científico-tecnológica e sócio-histórica a partir dos significados derivados da cultura, a politécnia supõe novas formas de seleção e organização de conteúdos a partir da prática social contemplando o diálogo entre as áreas do conhecimento; [...]. (PPEMP, RS, p 15).

Entre os objetivos que a escola elenca sobre o Ensino Médio Politécnico destacamos o seguinte:

a) Proporcionar a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos na finalização da Educação Básica e no Ensino Superior;

b) consolidar no educando as noções sobre trabalho e cidadania, de modo a ser capaz de, com flexibilidade, operar com novas condições de existência gerada pela sociedade.

Assim, o Plano de Estudos é elaborado pelos professores e direção da escola para atender os três anos do ensino médio politécnico e posteriormente obter a aprovação do Conselho Escolar e também pela 35ª Coordenadoria de Educação que nesta cidade representa a Secretaria Estadual de Educação. A seguir um recorte desse plano que contempla os conteúdos de geografia.

Figura 9: Planos de Estudo da Escola Tricentenário.

Identificar as principais fontes de energia.	Fontes de energia.
Analisar e entender as diferentes formas de construção do espaço brasileiro.	Organização do espaço brasileiro.
Analisar e entender as diferentes formas de construção do espaço brasileiro e no contexto mundial.	Brasil no contexto mundial.
Reconhecer e comparar a divisão regional do Brasil e as regiões geoeconômicas de acordo com o IBGE.	Regiões brasileiras.
Reconhecer os problemas ambientais brasileiros.	A natureza brasileira.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

A última sugestão de conteúdo a trabalhar corresponde ao seguinte: “Elementos relacionados ao povo, a língua e a cultura do Rio Grande do Sul”, e

como objetivo descreve o seguinte: “Identificar os aspectos físicos, sociais e culturais do Rio Grande do Sul”.

Nesse caso, não há uma direção que identifique em qual ano pode-se trabalhar, nem mesmo que não se pode trabalhar em todos os anos. A autonomia da escolha dos temas a cada ano será critério do professor gestor da disciplina.

Ele pontuará e elencará as temáticas a serem trabalhadas durante o ano letivo. Dessa forma possuindo uma grande responsabilidade não só profissional, mas também com a transmissão de saberes ao aluno naquele determinado ano.

Ao citar nos objetivos a identificação dos aspectos físicos do Estado do Rio Grande do Sul, o docente terá uma temática extremamente importante a trabalhar com o aluno. O bioma pampa e suas características.

Serão aulas ministradas com várias relações de identificação do aluno com o tema, a saber, que a cidade de São Borja é um lugar pertencente ao bioma pampa e ainda a economia local é a agrícola.

Dessa forma, acredita-se que o aluno conhece ainda de uma forma subjetiva várias das características apresentadas pelo bioma pampa, pois além de ele próprio possivelmente já ter experiências diretas com a natureza, pode ter familiares que trabalham na campanha⁵, e ainda seus familiares possuem propriedades rurais e por isso permitiria tal identificação.

Pensa-se que o estudo dos biomas que abrangem o Brasil, e em especial e com mais ênfase o que o aluno pertence, nesse caso o pampa é muito importante para que ele se reconheça como um agente social.

Ao trabalhar, em sala de aula, sobre o Bioma Pampa, estar-se-á apresentando ao aluno um conjunto de informações que envolvem não só a natureza no sentido de físico (paisagem), mas sim o espaço geográfico como um todo. Seguindo esse mesmo pensamento CHRISTENSEN (1999) cita uma definição de Santos (1985) sobre o que é espaço geográfico:

⁵De acordo com o dicionário de Língua Portuguesa Campanha significa tipo de paisagem rural caracterizada pela ausência de sebes e cercas, pela divisão dos campos em extensões alongadas de terrenos cultivados e correspondendo, geralmente, a um núcleo de população. Os campos, por oposição à cidade. Campo extenso, planície.

Para Milton Santos, o espaço deve ser considerado um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais, que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e estruturas. (CHRISTENSEN, 1999, p.79 apud SANTOS, 1985).

Nesse sentido, acredita-se que o estudo do bioma pampa vai possibilitar uma prática interdisciplinar que permitirá ao aluno uma compreensão da formação e organização desta sociedade que vive no pampa.

Pois, uma vez que se compreende que o espaço é criado e desenvolvido pelos homens que habitam e este espaço está sujeito a sofrer rupturas ao longo dos processos históricos.

A atenção que a escola deve ter nessa temática desenvolverá cidadãos conscientes que o meio social atual é resultado de processos históricos de caráter religioso, políticos, jurídico, cultural e de disputas pelos espaços geográficos, sendo assim defensores de uma menor descaracterização possível desta natureza.

Dentro do bioma, percebem-se vários processos históricos que levaram a esse resultado que temos hoje, que é uma forte ligação com a área rural onde está mais acentuada a presença natural da paisagem característica do pampa.

Desde a colonização e imposição jesuítica, passando pela intensa criação de gado, pelas grandes estâncias, pelo comércio do espaço físico até uma valorização maior do espaço como região e ou local.

São condições que identificam o sujeito que vive nesta parte do estado e, portanto gerando uma relação de pertencimento entre o sujeito e o meio natural. Acredita-se que o tema em questão sugere o trabalho interdisciplinar por envolver vários campos do conhecimento. Seguindo o mesmo pensamento CHRISTENSEN (1999) discursa:

Essa interdisciplinaridade se refere especialmente à história, à antropologia, à economia, à sociologia, e à geografia, entre outras ciências sociais que estudam a sociedade. Sabemos que os ritmos do espaço e do tempo são móveis, flexíveis e a sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e se reproduzir. (CHRISTENSEN, 1999, p.81).

Pela organização pedagógica da escola Tricentenário “os conteúdos escolares são selecionados e organizados a partir da realidade, das elaborações

realizadas historicamente nas diferentes áreas do conhecimento, da necessidade de compreensão e entendimento do mundo”.

Com isso percebe-se o engajamento da entidade escolar em permitir ao seu educando um contato maior com a sua realidade. E ainda, a total autonomia do educador na sua forma de ensinar e abordar os temas já acertados durante o processo de construção do plano de estudos.

A ligação que o homem do pampa tem com as questões da natureza (campo) forma-se uma identidade cultural muito forte que, por vezes, o diferencia de outras regiões. São laços que vem sendo construídos ao longo de cada herança deixada por cada um que agregou hábitos e ou valores nesta terra.

A certeza que há um vasto diálogo no mínimo entre as disciplinas de história e geografia e sendo a escola como instigadora desse diálogo não há como deixar de lado o espaço geográfico aqui apontado como tudo que envolve o bioma pampa e suas características formando assim uma “brecha” no conhecimento do aluno. Sendo que se trata de questões que o identificam como sujeitos sociais.

Por fim, além de possibilitar ao aluno conhecimentos ligados formação histórica do estado do Rio Grande do Sul, as formas em que se apresentam o relevo, o clima, a vegetação entre outros, também lhes apresentarão informações sobre a sua formação histórico-cultural.

Conceitos que lhe proporcionaram entender vários hábitos de suas culturas, como o chimarrão, o churrasco, a indumentário do gaúcho. É na escola que abrirá os caminhos para um saber mais específico e quem sabe uma pesquisa mais profunda, conforme o interesse individual de cada um.

A escola é uma das partes na construção do conhecimento, pois possibilita ao educando debates sobre as representações culturais construídas durante o processo histórico.

Portanto, permite uma reflexão sobre essa identidade, valorizando-as e fortalecendo-as independentemente da posição individual de cada sujeito e por isso a escola produz, aprofunda e reproduz práticas sociais e culturais vivenciadas por ela e pela sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é necessário considerar tamanha importância do Bioma Pampa para a construção histórico-cultural do agente social do Rio Grande do Sul, o gaúcho. E também ressaltar o imenso valor da paisagem do Pampa, principalmente como uma beleza cênica, além é claro do poder econômico e turístico.

No desenvolvimento do trabalho, foi possível perceber as grandes contribuições que os índios, negros e portugueses tiveram para a construção do estado do Rio Grande do Sul.

Apesar de inúmeras guerras, conflitos e choques em que estiveram envolvidos durante as disputas territoriais entre Portugal e Espanha, e ainda após o domínio português o que gerou consequências materiais e imateriais impossíveis de se precisar.

E entre todas essas invasões, povoamentos, habitações e o uso da terra indevidamente estavam o Bioma Pampa alheio a essas disputas históricas, sensível a qualquer negligência da sua forma original.

É nesse sentido de alerta, sobre as negligências aos usos dos recursos, a inaplicabilidade das leis existentes e a imparcialidade das instituições escolares que o trabalho se debruçou para evidenciar a importância histórica desse bioma.

E também, a urgência de conhecê-lo melhor e conservar para que no futuro não nos deparemos com solos pobres, florestas secas, pontes sobre rios vazios e cultura social estancada, ou seja, um estado sem vida.

O caminho mais importante para a formação de novos indivíduos autônomos, críticos e construtivos e não mais apenas pessoas passivas, reprodutivas e apáticas aos acontecimentos desse mundo capitalizado é a escola, é a educação.

Apesar da constatação de que os livros didáticos não abordam de forma profunda os biomas do Brasil, em especial o Bioma Pampa, a proposta do estudo pôde surgir a partir da construção do Currículo Escolar que trabalhe de forma ativa, estabelecendo relações e conexões com ações que reflitam dentro e fora da escola.

Salienta-se, assim, a importância da conservação do bioma pampa para a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Conclui-se, assim que é possível um currículo que aborde de forma mais ativa questões relacionadas ao bioma pampa, entretanto para que essa meta se efetive deve haver um trabalho conjunto com toda a comunidade escolar.

A sugestão sobre a abordagem, em sala de aula, tendo como temática os biomas do Brasil e, mais especificamente, o bioma pampa no qual estamos inseridos, desafia educadores e educandos, mas é perfeitamente aplicável.

Considerando a qualidade de todos os profissionais de educação do estado do Rio Grande do Sul, pois possibilita aplicar uma proposta interdisciplinar que reúne todos os componentes das áreas de Humanas, além de outros como a biologia, o turismo etc.

O desafio de transformar e modificar ações e conceitos passa pela mudança de paradigmas, que vão desde a questão da atuação do professor como sujeito que tem a função de orientar o aluno no caminho da construção do conhecimento e não um ser que é um mero transmissor de conceitos e ideias.

Assim também, a posição do aluno deve ser outra, este deve ser arquiteto de sua aprendizagem que se efetivará buscando desenvolver a criticidade para que, no futuro, esse aluno possa se posicionar de forma autônoma e consciente frente aos problemas que venha a enfrentar dentro e fora da escola.

Com essa atuação, a escola cumprirá com seu papel de formar cidadãos que atuarão frente aos problemas da sociedade de forma efetiva, buscando o coletivo e voltado para o futuro do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- AB´SÁBER, Aziz. **Os domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ART, W. H. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo:UNESP/Melhoramentos, 1998.
- ASCHERI , D. P. R.; PEREIRA, L. D.; BASSINELLO, P. Z.; CARVALHO, C. W. P.; ASCHERI, J. L. R. **Calidad del arroz de tierras altas en función del tiempo de cocción y del cultivar de arroz**. Scientia Agraria, Curitiba, v.11, n.2, p.163-173, mar./abr. 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- Brasil/IBGE. (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. IBGE. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> acesso em 04 de maio de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural**,/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BOLDRINI, Ilisilobet al. **Bioma Pampa: diversidade florística e fisionômica**. Porto Alegre, RS: Pallotti, 2010.
- CAPRA, F. Alfabetização Ecológica: **O Desafio para a Educação do Século 21**. In: TRIGUEIRO, A. (coord.) Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2002.
- CAMARGO, Fernando; Gutfriend, Ieda; Reichel, Heloisa. O gaúcho e sua cultura. In: Gutfreind, Ieda. **Colônia**. Passo Fundo, RS: Méritos, 2006.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. O livro didático: contribuições para a sua utilização. **Revista Espaços da escola**, Ijuí, n.48, pp. 3-7.
- CESCO, Susana. **História ambiental no sul do Brasil**: apropriações do mundo natural. HALAC. Belo Horizonte, 2012 (Resenha).
- CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Souza. **História do Rio Grande do Sul em suas origens missionárias**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- CHRISTOPHERSON, Robert W. **Geossistemas**: uma introdução à geografia física. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 9.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2013.

GOMES, Aristides de Moraes. **Fundação e evolução das estâncias serranas**. Cruz Alta-RS, A. Dal Forno, 1966.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: participação para além dos muros da escola**. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. Vamos cuidar do Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biomass**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>> Acesso em 21.04.2016.

JACQUES, M. da G. C. Identidade e trabalho. In: CATTANI; A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

KINDEL, Eunice Aita Isaia; FABIANO, Weber da Silva; MICAELA, Yanina. **Educação Ambiental**: Vários olhares e várias práticas. 2.ed. Curitiba-PR, Medição, 2006.

LEITE, Pedro Furtado. Globo Ecologia. **Com ‘imensa e monótona paisagem’ o Pampa não está na Constituição**. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2012/02/com-imensa-e-monotona-paisagem-o-pampa-nao-esta-na-constituicao.html> Acesso em 15.05.2016.

MAESTRI, Mario. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

MAGNOLI, Demétrio. **Geografia para o ensino médio**: meio natural e espaço geográfico. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENEZES, Moisés. **Tupan-cy-retan**: face missioneira. Tupanciretã, O autor, 2011.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- Serviço Florestal Brasileiro. Florestas em resumo – 2010: dados de 2005-2010. Brasília: SFB, 2010.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Biomass**. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/biomass/pampa>> Acesso em 15.06.2015.

MONTEIRO, John. Os guarani e a história do Brasil Meridional. In: Cunha, Manuela Carneiro (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 475-498.

NETO, Aroldo de Oliveira (org). **A cultura do arroz**. Brasília: Conab, 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br> Acesso em 13.05.2016.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PANIÁGUA, Edson Romário Monteiro. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864)**. Alegrete,RS: Instituto Cultural GervasioArtigas, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Histórias do Rio Grande do Sul**. 9.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2002.

PILLAR, Valério de Pattaetal .**Campos Sulinos, conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

PORTUGAL, G. (1992). **Recursos naturais**. Disponível em:<<http://www.qpca.com.br/gil/art48.html>.> acesso em: 04.05.2016.

POZO, José del. **O processo de independência, 1791-1824**. In: _____.História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geoecologia: O Clima, os Solos e a Biota. In: _____. **Geografia do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002.

SANTOS, Milton.**A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica de uma Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Sandro Dutra e, et al. **Fronteira Cerrado: Sociedade e natureza no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás- Gráfica e Editora América, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da(org) Stuart Hall KathrynWoodward.**Identidade e diferença**.A perspectivados Estudos Culturais. 6. ed . Rio deJaneiro: Vozes, 2006.

SINGER, Peter. **Ética prática**; tradução Jeferson Luiz Camargo – 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SNIF - Sistema Nacional de Informações Florestais. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomas-e-suas-florestas> Acesso em 22.06.2016.

SUZUKI, Júlio César. **Modernização, Território e Relação campo-cidade-uma outra leitura da modernização da agricultura**. Agrária, São Paulo, n.6, pp. 83-95, 2007.

VELEZ, Eduardo. GloboEcologia. **O Pampa é o segundo menor e mais alterado bioma do Brasil, set. 2013.** Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2012/02/o-pampa-e-o-segundo-menor-e-mais-alterado-bioma-do-brasil.html>> Acesso em: 15 maio de maio de 2016.

VEDOVATE, Fernando Carlo. **Projeto Araribá: Geografia**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2010.

VENTURI, Luís Antônio Bittar. **Recurso Natural: A construção de um conceito**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 20, pp. 09-17, 2006.